

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	14
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	16
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	75
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.576
Preferenciais	4.607
Total	9.183
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	605.062	623.735
1.01	Ativo Circulante	34.443	37.991
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	655	1.319
1.01.03	Contas a Receber	31.550	23.636
1.01.03.01	Clientes	25.012	23.636
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.538	0
1.01.04	Estoques	1.053	1.058
1.01.06	Tributos a Recuperar	309	2.591
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	309	2.591
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	876	9.387
1.01.08.03	Outros	876	9.387
1.02	Ativo Não Circulante	570.619	585.744
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.855	2.855
1.02.01.03	Contas a Receber	5	5
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	5	5
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.850	2.850
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.850	2.850
1.02.02	Investimentos	555.900	571.010
1.02.02.01	Participações Societárias	555.710	570.814
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	82.223	86.611
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	425.392	444.501
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	46.350	38.178
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.745	1.524
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	190	196
1.02.03	Imobilizado	11.864	11.879
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.864	11.879

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	605.062	623.735
2.01	Passivo Circulante	30.140	35.799
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4	70
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4	70
2.01.02	Fornecedores	10.167	9.669
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.167	9.669
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.100	7.881
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.100	7.114
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	7.114
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	767
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	8.223	8.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	8.223	8.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	8.223	8.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.758	239
2.01.05.02	Outros	1.758	239
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	1.758	239
2.01.06	Provisões	7.888	9.940
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.888	9.940
2.02	Passivo Não Circulante	97.270	97.936
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	666
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	666
2.02.03	Tributos Diferidos	97.270	97.270
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.270	97.270
2.03	Patrimônio Líquido	477.652	490.000
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.994	11.994
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.994	11.994
2.03.04	Reservas de Lucros	29.600	29.600
2.03.04.01	Reserva Legal	1.941	1.941
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	27.659	27.659
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-94.815	-82.467
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	188.817	188.817

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.297	11.845
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-485	-1.332
3.03	Resultado Bruto	3.812	10.513
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.160	-21.629
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.552	-12.521
3.04.02.01	Pessoal , Administradores e Conselheiros	-196	0
3.04.02.02	Material	-2	0
3.04.02.03	Serviço de Terceiros	-1.555	0
3.04.02.04	Depreciação/Amortização	-16	0
3.04.02.05	Provisões Vinculadas a Litígios	2.052	0
3.04.02.06	Outros Custos de Operação	-90	-1.416
3.04.02.07	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-4.745	-11.105
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	20	22
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-468	-580
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-11.160	-8.550
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-12.348	-11.116
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-12.348	-11.116
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	6.162
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-12.348	-4.954
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-12.348	-4.954
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-2,69843	-1,0826
3.99.01.02	PNA	9,40442	-3,77304
3.99.01.03	PNB	-3,74863	-1,50395

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	-12.348	-4.954
4.03	Resultado Abrangente do Período	-12.348	-4.954

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	206	-1.074
6.01.01	Recebimento de Consumidores	2.817	9.371
6.01.02	Pagamento a Fornecedores - Mat. Serviços	-5.965	-10.564
6.01.03	Pagamento de Salários e Encargos Sociais	-541	-236
6.01.04	Pagamento de Impostos e Contribuições	-4.691	0
6.01.06	Rendimento de Aplicação Financeira	20	20
6.01.07	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Recebidos	8.740	3.507
6.01.08	Outros	-174	-60
6.01.09	Encargos da Dívida	0	-580
6.01.10	Encargos Setoriais	0	-2.532
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-32	-888
6.02.02	Aquisição de Investimentos	-32	-888
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-838	-1.340
6.03.01	Serviço da Dívida - Principal	-801	-1.333
6.03.02	Serviço da Dívida - Encargos	-37	0
6.03.03	Outros	0	-7
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-664	-3.302
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.319	4.071
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	655	769

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-82.467	188.817	490.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-82.467	188.817	490.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.348	0	-12.348
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.348	0	-12.348
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-94.815	188.817	477.652

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-85.265	188.817	487.202
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-85.265	188.817	487.202
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-4.954	0	-4.954
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.954	0	-4.954
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-90.219	188.817	482.248

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	4.297	18.007
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.297	18.007
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.340	-12.280
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.300	-12.475
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-65
7.02.04	Outros	1.960	260
7.03	Valor Adicionado Bruto	-43	5.727
7.04	Retenções	-16	-13
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16	-13
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-59	5.714
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-11.140	-8.528
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-11.160	-8.550
7.06.02	Receitas Financeiras	20	22
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-11.199	-2.814
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-11.199	-2.814
7.08.01	Pessoal	196	228
7.08.01.01	Remuneração Direta	196	228
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	485	1.332
7.08.02.01	Federais	397	1.095
7.08.02.02	Estaduais	88	237
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	468	580
7.08.03.01	Juros	468	580
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-12.348	-4.954
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-12.348	-4.954

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.103.169	2.119.934
1.01	Ativo Circulante	439.979	449.960
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	68.160	99.258
1.01.03	Contas a Receber	342.541	321.170
1.01.03.01	Clientes	342.541	321.170
1.01.03.01.01	Cosnumidores e Revendedores	318.519	305.941
1.01.03.01.09	Outros Créditos	24.022	15.229
1.01.04	Estoques	7.382	8.619
1.01.06	Tributos a Recuperar	21.896	20.913
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	21.896	20.913
1.02	Ativo Não Circulante	1.663.190	1.669.974
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	798.217	799.490
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	17.821	20.430
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	9.637	9.285
1.02.01.01.04	Depósitos Vinculados a Litígios	8.184	11.145
1.02.01.03	Contas a Receber	128.634	127.928
1.02.01.03.01	Clientes	111.046	110.371
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	17.588	17.557
1.02.01.06	Tributos Diferidos	17.073	20.517
1.02.01.06.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	17.073	20.517
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	634.689	630.615
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	286.892	286.877
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas	347.797	343.738
1.02.02	Investimentos	276.425	285.119
1.02.02.01	Participações Societárias	276.425	285.119
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	276.425	283.399
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	0	1.720
1.02.03	Imobilizado	203.153	197.361
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	203.153	197.361
1.02.04	Intangível	385.395	388.004
1.02.04.01	Intangíveis	385.395	388.004
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	385.395	386.113
1.02.04.01.02	Diferido	0	1.891

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.103.169	2.119.934
2.01	Passivo Circulante	618.018	627.946
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	72.399	75.250
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	72.399	75.250
2.01.01.02.01	Folha de Pagamento	20.304	19.636
2.01.01.02.03	Benefícios a Empregados	52.095	55.614
2.01.02	Fornecedores	121.002	142.987
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	121.002	142.987
2.01.03	Obrigações Fiscais	109.377	100.938
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	109.377	100.938
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	109.377	100.938
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	151.305	154.199
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	151.305	154.199
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	151.305	154.199
2.01.05	Outras Obrigações	146.773	134.025
2.01.05.02	Outros	146.773	134.025
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6.651	5.291
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	117.857	106.169
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	22.265	22.565
2.01.06	Provisões	17.162	20.547
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.162	20.547
2.01.06.01.06	Outras Provisões	17.162	20.547
2.02	Passivo Não Circulante	779.801	777.682
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	325.064	332.030
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	325.064	332.030
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	325.064	332.030
2.02.02	Outras Obrigações	295.339	292.737
2.02.02.02	Outros	295.339	292.737
2.02.02.02.03	Benefícios a Empregados	214.286	215.657
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	76.666	74.688
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	4.387	2.392
2.02.03	Tributos Diferidos	98.759	98.639
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	98.759	98.639
2.02.04	Provisões	60.639	54.276
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	60.639	54.276
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	705.350	714.306
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.994	11.994
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.994	11.994
2.03.04	Reservas de Lucros	29.600	29.600
2.03.04.01	Reserva Legal	1.941	1.941
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	27.659	27.659
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-94.815	-82.467
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	188.817	188.817
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	227.698	224.306

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	320.630	289.112
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-248.825	-229.853
3.03	Resultado Bruto	71.805	59.259
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-52.455	-42.918
3.04.01	Despesas com Vendas	-16.885	-14.389
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.428	-33.315
3.04.02.01	Pessoal, Administradores e Conselheiros	-14.277	-10.805
3.04.02.02	Material	-692	-763
3.04.02.03	Serviços de Terceiros	-8.969	-6.021
3.04.02.04	Depreciação/Amortização	-564	-448
3.04.02.05	Benefício a Empregados	-2.091	-9.034
3.04.02.10	Provisões (Reversões) Vinculadas a Litígios	-5.832	-2.538
3.04.02.11	Outras Provisões e Reversões	0	-649
3.04.02.13	Entidade de Previdência Privada	-725	-617
3.04.02.15	Outras Despesas	-2.278	-2.440
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.500	6.162
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.642	-1.376
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	19.350	16.341
3.06	Resultado Financeiro	-19.313	-11.327
3.06.01	Receitas Financeiras	9.244	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.557	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	37	5.014
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.993	-7.393
3.08.01	Corrente	-8.993	-4.164
3.08.02	Diferido	0	-3.229
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-8.956	-2.379
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-8.956	-2.379
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-12.348	-4.954
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.392	2.575
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-2,69843	-1,0826
3.99.01.02	PNA	-9,40442	-3,77304
3.99.01.03	PNB	-3,74863	-1,50395

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-12.348	-4.954
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-12.348	-4.954
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-12.348	-4.954

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	18.238	14.679
6.01.01	Recebimento de Consumidores	505.062	472.870
6.01.02	Pagamento a Fornecedores - Mat. e Serviços	-52.571	-42.750
6.01.03	Pagamento a Fornecedores - E. Elétrica	-207.462	-191.592
6.01.04	Pagamento de Salários e Enc. Sociais	-55.076	-42.552
6.01.05	Encargos da Dívida	-15.028	-13.655
6.01.06	Pagamento de Impostos e Contribuições	-109.625	-107.488
6.01.07	Encargos Setoriais	-52.334	-60.214
6.01.08	Rendimento de Aplicações Financeiras	2.170	657
6.01.09	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Recebidos	8.740	3.507
6.01.10	Outras Despesas	-5.638	-4.104
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-25.794	-9.785
6.02.03	Aquisição de Imobilizado	-25.556	-7.667
6.02.04	Aquisição de Investimentos	-238	-2.118
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-23.542	-6.561
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	58.540	11.726
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-73.304	-14.880
6.03.03	Outros	-38	93
6.03.04	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-8.740	-3.500
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-31.098	-1.667
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	99.258	60.231
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	68.160	58.564

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-82.467	188.817	490.000	224.306	714.306
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-82.467	188.817	490.000	224.306	714.306
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.348	0	-12.348	3.392	-8.956
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.348	0	-12.348	3.392	-8.956
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-94.815	188.817	477.652	227.698	705.350

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-85.265	188.817	487.202	224.711	711.913
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-85.265	188.817	487.202	224.711	711.913
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	79	79
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	79	79
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-4.954	0	-4.954	2.575	-2.379
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.954	0	-4.954	2.575	-2.379
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-90.219	188.817	482.248	227.365	709.613

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	487.574	446.999
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	491.025	446.187
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.451	812
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-235.003	-220.418
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-188.098	-167.182
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-33.262	-38.275
7.02.04	Outros	-13.643	-14.961
7.03	Valor Adicionado Bruto	252.571	226.581
7.04	Retenções	-15.857	-10.753
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.857	-10.753
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	236.714	215.828
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.602	5.409
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.642	-1.376
7.06.02	Receitas Financeiras	9.244	6.785
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	244.316	221.237
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	244.316	221.237
7.08.01	Pessoal	35.597	36.018
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.187	25.862
7.08.01.02	Benefícios	3.410	10.156
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	179.388	158.306
7.08.02.01	Federais	90.677	75.474
7.08.02.02	Estaduais	88.711	82.832
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	38.287	29.292
7.08.03.01	Juros	28.557	18.112
7.08.03.02	Aluguéis	9.730	11.180
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-8.956	-2.379
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-12.348	-4.954
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	3.392	2.575

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

Resultado do período

A CEB apresentou, no primeiro trimestre de 2011, um prejuízo líquido consolidado de R\$ 12.348, em comparação ao prejuízo líquido consolidado de R\$ 4.954 no primeiro trimestre de 2010 (reapresentado), representou um crescimento nominal de 149%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento verificado nas Despesas Financeiras, crescimento nominal de 58% e do maior provisionamento do IR e da CSLL, crescimento de 631%.

O EBTIDA da CEB no primeiro trimestre de 2011 foi de R\$ 36.849 comparados a R\$ 22.308 no mesmo período do ano anterior, um crescimento de 79,58%.

O aumento do EBTIDA no primeiro trimestre de 2011 deve-se, principalmente, crescimento na receita com fornecimento de energia elétrica, outras receitas operacionais e energia de Curto Prazo citado anteriormente bem como ao expressivo expurgo da depreciação.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com o fornecimento bruto de energia elétrica na CEB Distribuição foi de R\$ 432.570 no primeiro trimestre de 2011 em comparação a R\$ 390.689 no mesmo período de 2010, um aumento de 12,88%.

Consumidores - Classe	Março		%
	2011	2010	
Residencial	175.111	163.859	6,87
Industrial	23.710	26.767	0,88
Comercial	149.046	125.695	18,58
Rural	5.692	5.266	8,09
Poder Público	50.378	45.679	10,29
Iluminação Pública	15.997	13.644	17,24
Serviço Público	17.033	15.787	7,89
Não faturado	(4.397)	(6.012)	0,73
Receita (Reversão) Repôs. Tarifário	-	-	-
Encargo de Capacidade Emerg.	-	4	-
Total	432.570	390.689	12,88

A distribuição por consumo por Classe em Mwh é o seguinte para o período analisado:

Comentário do Desempenho

Consumo

Consumo por Classe - MWh	Mwh		
	1º Trim/11	1º Trim/10	Var %
Residencial	490.807	487.424	0,69
Industrial	57.313	105.225	-45,53
Comercial	444.838	405.629	9,67
Rural	25.282	24.710	2,31
Poder Público	140.742	132.999	5,82
Iluminação Pública	90.378	81.849	10,42
Serviço Público	80.644	77.812	3,64
Consumo Próprio	517	679	-23,86
Total	1.330.521	1.316.327	1,08

O consumo de energia elétrica no DF cresceu 1,08% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A classe residencial que participou com 36,89% do consumo total, cresceu apenas 0,69% explicado pelo aumento de 0,5% no número de consumidores dessa classe, atingindo o total de 742.845 consumidores e apenas 486 novas ligações.

A classe Industrial decresceu 45,53%, consumindo 57.313 MWh, contra 105.225 em 2010. Esta classe representa 4,31% do consumo total.

A classe Comercial consumiu 444.838 MWh, o que representa um crescimento de 9,67%. Esta classe representa 33,43% do consumo total. No final do trimestre eram atendidos 144.933 consumidores.

A classe rural consumiu 25.282 MWh e cresceu 2,31% em razão do aumento de 2,87% no número de consumidores.

As outras classes (poder público, iluminação pública, serviço público e consumo próprio) consumiram 312.281 MWh, aumento de 6,5% no período. Estas classes de consumo equivalem a 22,47% do consumo total.

Desempenho Econômico - financeiro

A receita bruta consolidada no primeiro trimestre de 2011 cresceu 11,59% em relação ao mesmo período de 2010, R\$ 491.025, em 2011, contra R\$ 440.025 em 2010 (reapresentado), enquanto que os Custos Totais cresceram 8,25% nominais. Desta forma, o Lucro Operacional Bruto sofreu uma variação positiva de 21,17% comparado ao primeiro trimestre de 2010 (reapresentado), atingindo o montante de R\$ 71.805 em 2011, contra R\$ 59.259 em 2010.

As Despesas Operacionais em 2011 atingiram o montante de R\$ 50.813 contra R\$ 47.704, portanto um crescimento nominal de 6,52%, bem menor do que o crescimento das receitas (com 11,59%), o que resultou no Lucro Operacional Líquido (Resultado do Serviço)

Comentário do Desempenho

de R\$ 20.992 em 2011, aumento de 81,67% em relação ao período anterior, que atingiu o montante de R\$ 11.555.

As Despesas Financeiras Líquidas apresentaram um substancial aumento de 70,50% em 2011 comparativamente ao mesmo período de 2010, passando de R\$ 11.327 para R\$ 19.313, que somado ao maior provisionamento do IR e da CSLL resultou no prejuízo de R\$ 12.348 em 2011 contra R\$ 4.854 em 2010.

O EBITDA, composto pelo lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 36.849 mil em 2011, contra R\$ 22.308 em 2010.

O aumento do EBITDA no período de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010, deve-se principalmente, ao crescimento das rubricas Receitas Totais 11,59% e a exclusão dos efeitos das despesas com depreciação e amortização).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2011

Valores expressos em milhares de Reais

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 – Objetivo Social

A Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia” ou “CEB”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com sua sede social localizada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, controlada pelo Governo do Distrito Federal.

A CEB tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração direta ou indireta, conforme o caso, de serviços e energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

1.2 – Participações societárias

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme a seguir:

Nome da investida	Tipo	Participação acionária	
		31.12.2010	31.03.2011
Em controladas			
CEB Distribuição S.A.	Distribuidora	100%	100%
CEB Geração S.A.	Geradora	100%	100%
CEB Participação S.A.	Geradora	100%	100%
CEB Lajeado S.A.	Geradora	59,93%	59,93%
Companhia Brasiliense de Gás	Gás	17%	17%
Em controladas em conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geradora	37,5%	37,5%
Em coligadas			
Corumbá Concessões S.A.	Geradora	36,95%	36,95%

a) Controladas

- CEB Distribuição S.A. – A CEB Distribuição S.A. (“CEB-D”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, organizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, constituída em 20 de junho de 2005 e com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília - CEB.

A CEB Distribuição S.A. é uma concessionária pública de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal. É detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com prazo de vencimento em 7 de julho de 2015, podendo ser prorrogado nos termos do referido contrato de concessão.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

i) *Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB-D*

A Companhia vem apresentando deficiência de capital de giro e prejuízos acumulados. Os planos da Administração para manutenção das atividades da Companhia consistem, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as informações financeiras intermediárias foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. A Administração acredita que a execução de ações para a implementação dos referidos planos, associada ao apoio de seu controlador indireto, Governo do Distrito Federal, será suficiente para a continuidade normal das operações no curto prazo e possibilitará colocar a Companhia em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazos.

ii) *Compromisso de Subscrição de Ações*

Em 23 de janeiro de 2006, foi firmado o instrumento particular “Compromisso de Subscrição de Ações” entre a Companhia Energética de Brasília – CEB e a CEB Distribuição S.A., com a participação da CEB Lajeado S.A. e do Distrito Federal na qualidade de Intervenientes Anuentes, estabelecendo que:

A CEB compromete-se a subscrever e a integralizar, até 31 de dezembro de 2012, prazo este alterado pela Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, número de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da CEB Distribuição S.A., correspondente ao valor histórico total de R\$ 142,7 milhões, atualizado para R\$ 163,4 milhões em 31 de dezembro de 2010.

A Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, previa o aporte inicial em dezembro de 2006. Entretanto, a Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007, alterou o cronograma de aportes, conforme valores atualizados mostrados a seguir:

Anos dos Aportes	Valor
Dezembro de 2008	20.030
Dezembro de 2009	37.311
Dezembro de 2010	37.311
Dezembro de 2011	37.311
Dezembro de 2012	37.311
Total	169.274

Como garantia do aporte do valor total da subscrição, a CEB constituiu, em favor da CEB Distribuição S.A., penhor sobre 33.830.000 (trinta e três milhões, oitocentos e trinta mil) ações ordinárias da CEB

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Lajeado S.A., de sua propriedade, devendo o valor desta garantia ser reduzido na proporção em que forem acontecendo às integralizações.

O § 1º do Art. 5º da Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, determina que: “Dos recursos oriundos de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, relativos à CEB Distribuição, no mínimo, 40% (quarenta por cento) deverão ser destinados ao referido aporte de capital”.

Por sua vez, o § 3º do Art. 5º da citada Resolução, estabelece que na hipótese da insuficiência dos dividendos e juros sobre o capital próprio, a CEB holding deverá aportar os recursos necessários no capital social da CEB Distribuição, cujo aporte anual não poderá ser inferior ao montante do referido compromisso.

A CEB integralizou na CEB Distribuição S.A., a parcela das ações subscritas relativa a 2008, com valor histórico de R\$ 20.030 mil. A integralização das demais parcelas dar-se-á por meio de um imóvel, cuja avaliação (R\$ 274.400 mil) foi aprovada pela Assembléia Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 2009. Após a autorização da ANEEL, o referido ativo foi destinado à Empresa distribuidora e está contabilizado no Patrimônio Líquido com o valor avaliado.

Entretanto, a Agência reguladora reconhecerá a integralização das ações por meio do imóvel, apenas quando ocorrer sua alienação, considerando o valor financeiro líquido da operação, deduzidos os impostos relacionados. O processo de alienação foi iniciado no último trimestre de 2009 e encontra-se com duas alternativas excludentes em curso: a) alienação por meio de leilão; e b) alienação por intermédio de venda direta para a Companhia do Imobiliário de Brasília (Terracap). Seja qual for a hipótese prevalecente, está assegurado o valor da avaliação aprovado na citada Assembléia Extraordinária de Acionistas.

Havia a previsão de conclusão do processo de alienação no decorrer de 2010, apesar das tentativas a Companhia não obteve sucesso. Em 2011 a Companhia retomará o processo, possibilitando o completo atendimento do “Compromisso de Subscrição de Ações” formalizado pelas empresas envolvidas, inclusive de forma antecipada. A conclusão da operação destinará os recursos necessários e suficientes para que a CEB Distribuição S.A. continue o intenso programa de investimentos iniciado em 2007, permitindo a recuperação e as ampliações necessárias do sistema de distribuição de energia da área de concessão e assegurando o adequado padrão de qualidade da energia fornecida a seus clientes.

- CEB Geração S.A. – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648 de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica.
- CEB Participações S.A. – CEBPar – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788 de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral, atuando na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente.

A sociedade também atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG–CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

- CEB Lajeado S.A. – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515 de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% (cinquenta e nove vírgula noventa e

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

três por cento) das ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS detém 40,07% (quarenta vírgula zero sete por cento) das ações da Companhia.

A CEB Lajeado em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante e 85,31% do capital social da INVESTCO S.A., sociedade por ações constituída para administrar a UHE Luís Eduardo Magalhães, com sede na cidade de Miracema, Estado do Tocantins.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

- Companhia Brasiliense de Gás – CEBGAS – sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Distrital nº 2.518 de 10 de janeiro de 2001, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, e 17% do total das ações.

i) *Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB Gás*

A Companhia entrou em operação parcial em 08 de novembro de 2007. A operação parcial é realizada através do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o gasoduto Brasil – Bolívia ao Distrito Federal.

b) **Controlada em conjunto com outros acionistas**

- Energética Corumbá III S.A. – sociedade por ações, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A composição acionária da investida em 31 de março de 2011 é apresentada conforme a seguir:

Acionistas	ON	%	PN	%	TOTAL	%
Energ Power S.A.	15.198.261	25	-	-	15.198.261	12,5
Strata Constr.e Concessionárias Integradas S.A.	15.198.261	25	-	-	15.198.261	12,5
Companhia Energética de Brasília - CEB	15.198.260	25	30.396.523	50	45.594.783	37,5
CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG G&T	15.198.260	25	30.396.523	50	45.594.783	37,5
Total	60.793.042	100	60.793.046	100	121.586.088	100

c) **Coligadas**

- Corumbá Concessões S.A. – sociedade por ações, constituída em 06 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A composição acionária da investida em 31 de março de 2011 é apresentada conforme a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Acionistas	ON	%	PNA	%	PNB	%	TOTAL	%
Serveng - Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	129.849.830	53,23	-	-	-	-	129.849.830	18,73
Companhia Energética de Brasília - CEB	52.809.968	21,65	203.199.943	63,03	-	-	256.009.911	36,94
C & M Engenharia Ltda.	17.103.426	7,01	-	-	-	-	17.103.426	2,46
Fundo de Investimentos em Participações BRB Corumbá Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB	-	-	-	-	126.666.666	100	126.666.666	18,28
Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP	12.500.000	5,12	37.500.000	11,63	-	-	50.000.000	7,21
CEB Participações S.A. - CEBPAR	25.000.000	10,24	74.999.999	23,26	-	-	99.999.999	14,43
	6.642.500	2,72	6.642.500	2,06	-	-	13.285.000	1,91
Total	243.905.724	100	322.342.442	100	126.666.666	100	692.914.832	100

i) *Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da Corumbá Concessões S.A.*

A coligada Corumbá Concessões S.A. apresenta, em 31 de março de 2011, situação financeira desfavorável, representada por excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante. Os planos da Administração relacionados a esse assunto e que foram descritos nas notas explicativas às informações financeiras intermediárias da Corumbá Concessões S.A. são os seguintes: otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais; buscar parcerias com órgãos regulatórios para vislumbrar alternativas de eficiência energética; buscar parcerias com comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização, a fim de manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente; aferir e otimizar sistematicamente os custos operativos; rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente, e diminuir os custos de financiamentos, adequando-os à capacidade de geração de caixa operacional; e investir em processos de governança corporativa (código de ética, processo de compras e contratos, intranet corporativa etc.).

- Investco (investida direta da CEB Lajeado S.A.) – companhia de capital aberto que tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). A composição acionária da investida em 31 de março de 2011 é apresentada conforme a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Acionistas	ON	%	PNR	%	PNA	%	PNB	%	PNC	%	TOTAL	%
CEB Lajeado S.A.	80.440	19,99	51.112	20,00	980	6,02	1.031	19,99	-	-	133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	6,99	343	2,10	361	7,01	-	-	46.747	5,94
EDP Energias do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,01	186.559	73,01	6.685	41,04	3.764	73,00	-	-	490.616	62,38
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	-	-	-	-	6.425	39,44	-	-	-	-	6.425	0,81
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	-	-	1.650	10,13	-	-	-	-	1.650	0,20
Outros	-	-	-	-	206	1,26	-	-	71.252	66,4670	71.458	9,08
Total	402.202	100	255.560	100	16.289	100	5.156	100	107.199	100	786.406	100

1.3 – Autorizações e concessões das operações

A CEB e suas controladas e controladas em conjunto detêm junto à ANEEL e ANP, as seguintes concessões:

Investidas	Localização	Data do Ato	Data de Vencimento
DISTRIBUIÇÃO			
CEB Distribuição S/A	Brasília – DF	20.06.2005	07.07.2015
GERAÇÃO			
CEB Participações S/A	Brasília – DF	26.01.2000	18.12.2032
CEB Geração S/A	Brasília – DF	14.09.2005	20.10.2019
Energética Corumbá III	Brasília – DF	07.11.2001	07.11.2036
CEB Lajeado S/A	Brasília – DF	31.12.1999	15.12.2032
OUTROS			
CEBGÁS S/A	Brasília – DF	23.03.2001	09.01.2030

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1. Base de preparação

As informações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e as informações financeiras intermediárias consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas Informações Trimestrais - ITR foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2010. Dessa forma, estas ITR devem ser lidas, em conjunto, com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pela Diretoria em 14 de julho de 2011.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia não está apresentando a demonstração dos resultados abrangentes em razão de não haver transação passível de alocação nessa demonstração.

A emissão destas Informações Trimestrais - ITR foi autorizada pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2012.

2.2. Reapresentação das Informações Trimestrais para fins de comparação

Conforme divulgado nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia adotou as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e os normativos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Todos os normativos foram adotados pela Companhia com aplicação retrospectiva ao exercício de 2009 e para a data de 1º de janeiro de 2009, que foi a data de transição da adoção das novas normas. Dessa forma, apresentamos a seguir os efeitos no resultado para o período de três meses findo em 31 de março de 2010 e no patrimônio líquido em 31 de março de 2010, com exceção dos saldos patrimoniais cujos detalhamentos e explicações estão contidos nas notas explicativas às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

a) Demonstração dos ajustes e reclassificações efetuados no resultado:

Período de três meses findo em 31 de março de 2010 - Consolidado

	<u>31.03.2010</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31.03.2010</u> (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	288.080	-	1.032 (i)	289.112
Custo com Energia Elétrica	(161.485)	(12.774)	8.094 (ii)	(166.165)
Custo de Operação	(99.217)	58.593	(11.959) (iii)	(52.583)
Custo do serviço prestado a terceiros	(11.184)	79	-	(11.105)
= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	16.194	45.898	(2.833)	59.259
Despesas Operacionais	(74)	(41.468)	-	(41.542)
Despesas com vendas	-	(14.389)	-	(14.389)
Despesas gerais e administrativas	-	(33.315)	-	(33.315)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(74)	6.236	-	6.162
Receitas (Despesas) Financeiras	(14.138)	1.732	1.079 (iv)	(11.327)
Resultado de Equivalência Patrimonial	983	-	(2.359) (v)	(1.376)
= RESULTADO OPERACIONAL	2.965	6.162	(4.113)	5.014
= LUCRO ANTES DA CSLL E IRPJ	2.965	6.162	(4.113)	5.014
IR e CSLL - Corrente	1.455	(5.497)	(122) (vi)	(4.164)
IR e CSLL - Diferido	(2.564)	(665)	-	(3.229)
= LUCRO (PREJUÍZO) DO TRIMESTRE	1.856	-	(4.235)	(2.379)
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	2.889	-	(314)	2.575
Atribuído aos acionistas não controladores	(1.033)	-	(3.921)	(4.954)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS****Detalhamento dos ajustes:**

Item	Descrição dos ajustes	Valor do ajuste
(i)	Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual) - CEB Distribuição	(10.200)
	Contratos de construção (CPC 17) - CEB Distribuição	14.831
	Outros Ajustes	(3.599)
		1.032
(ii)	Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual) - CEB Distribuição	7.973
	Outros Ajustes	121
		8.094
(iii)	Contratos de concessão (ICPC 01/IFRIC 12) - CEB Distribuição	1.188
	Contratos de construção (CPC 17) - CEB Distribuição	(14.831)
	Outros Ajustes	1.684
		11.959
(iv)	Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual) - CEB Distribuição	(178)
	Outros Ajustes	1.257
		1.079
(v)	Ajuste Equivalência Patrimonial (Empresas não consolidadas) - CEB Holding	(2.359)
(vi)	Outros Ajustes	(122)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Período de três meses findo em 31 de março de 2010 - Controladora

	<u>31.03.2010</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31.03.2010</u> (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.513	-	-	10.513
Custo com Energia Elétrica	-	-	-	-
Custo de Operação	(1.416)	1.416	-	-
Custo do serviço prestado a terceiros	(11.105)	-	-	(11.105)
= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(2.008)	1.416	-	(592)
Despesas Operacionais	-	4.746	-	4.746
Despesas com vendas	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	-	(1.416)	-	(1.416)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	6.162	-	6.162
Receitas (Despesas) Financeiras	(558)	-	-	(558)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.629)	-	(3.921) (i)	(8.550)
= RESULTADO OPERACIONAL	(7.195)	6.162	(3.921)	(4.954)
= LUCRO ANTES DA CSLL E IRPJ	(7.195)	6.162	(3.921)	(4.954)
IR e CSLL - Corrente	6.162	(6.162)	-	-
IR e CSLL - Diferido	-	-	-	-
= LUCRO (PREJUÍZO) DO TRIMESTRE	(1.033)	-	(3.921)	(4.954)

(i) Refere-se ao ajustes de equivalência patrimonial decorrentes dos ajustes realizados nas empresas coligadas e controladas.

b) Conciliação do Patrimônio Líquido:

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2010</u>	<u>Cosolidado</u> <u>31/03/2010</u>
Patrimonio Líquido anteriormente apresentado	370.623	370.623
Ajustes acumulados no PL em 31.12.2009 (*)	115.546	115.546
Reclassificação da participação dos acionistas não controladores (**)	-	227.365
Ajustes no resultado do 1º Trimestre 2010 Acumulado - Controladores (***)	(3.921)	(3.921)
Efeito da adoção das novas práticas	111.625	338.990
Patrimônio Líquido reapresentado	482.248	709.613

* Vide demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010.

** Vide Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

*** Vide detalhamento dos ajustes nos quadros de reconciliação da DRE acima.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir a descrição dos principais ajustes e reclassificações decorrentes da aplicação dos novos Pronunciamentos Técnicos do CPC e das IFRS nas informações financeiras intermediárias evidenciadas anteriormente:

- i. Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual)** - Determinados ativos e passivos regulatórios foram baixados pela Companhia por não atenderem às definições de ativos e passivos em conformidade com o Pronunciamento CPC e as IFRS - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras.
- ii. Contratos de concessão - ativo intangível e ativo financeiro indenizável (ICPC 1 e IFRIC 12)** - Essas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e dos direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Em decorrência da adoção dessa interpretação e do contrato de concessão de serviços públicos de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura da concessão, a Companhia reconheceu: (i) um ativo intangível correspondente à cessão de uso dos bens que compõem a infra-estrutura necessária para a realização dos serviços públicos; e (ii) um ativo financeiro correspondente ao valor devido, direta ou indiretamente, pelo concedente.

A Companhia registrou um ativo financeiro a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviços pertencentes à concessão, mensurados ao custo histórico, e que serão reversíveis no final da concessão. Estes ativos são mantidos ao custo amortizado e são remunerados, via tarifa, pela taxa média de remuneração do investimento, representado pelo custo de capital (WACC regulatório antes dos impostos), estipulado pela ANEEL, sendo o valor mensalmente reconhecido como receita financeira no grupo de receitas operacionais.

A Companhia considerou impraticável remensurar, individualmente, os ativos que compõem a infra-estrutura utilizada na atividade de distribuição de energia elétrica nas suas datas de aquisição. Assim, foi utilizado o valor contábil para mensurar o ativo intangível e o ativo financeiro indenizável na data de transição (1º de janeiro de 2009).

- iii. Contratos de construção (CPC 17)** - Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras para determinar o momento em que a receita do contrato e a despesa a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração do resultado.
- iv. Apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC 26/IAS 1)**: Este Pronunciamento tem como objetivo a definição da base para a apresentação das demonstrações contábeis e para assegurar a sua comparabilidade, tanto com as de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo. O imposto de renda e a contribuição social diferidos cujas expectativas de realização ocorrem nos doze meses seguintes à apresentação das demonstrações contábeis eram registrados no ativo circulante, conforme

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

previsto na Instrução CVM 371/2002. Em observância ao Pronunciamento Técnico CPC 26, os ativos e passivos fiscais diferidos passaram a ser apresentados integralmente no ativo/passivo não circulante.

3 PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as informações financeiras intermediárias das controladas, controladas em conjunto e coligadas mencionadas na Nota Explicativa 1.

Empresa	Percentual da Participação (%)	
	31.03.2011	31.12.2010
CEB Distribuição S.A.	100	100
CEB Participações S.A.	100	100
CEB Geração S.A.	100	100
CEB Lajeado S.A.	59,93	59,93
CEBGAS S.A.	17	17
Energética Corumbá III S.A. (consolidação proporcional)	37,5	37,5

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Uniformização das práticas contábeis entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócio entre as empresas.

3.1. Base de consolidação

a. Combinações de negócios

Aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2011 ou após essa data

Não houve aquisições societárias no Grupo após a data de transição da adoção das IFRS.

b. Participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Conseqüentemente nenhum ágio ou resultado é reconhecido.

c. Investimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto (*joint venture*) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas por meio do método de

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

equivalência patrimonial.

d. Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder votante da outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia estão líquidos de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as receitas e despesas e as variações patrimoniais de companhias coligadas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas do Grupo, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação do Grupo nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que o Grupo tenha obrigações construtivas ou efetuado pagamentos em nome da companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos, ou obrigação por passivo a descoberto.

e. Operações controladas em conjunto

Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que o Grupo controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando a operação conjunta, e as despesas nas quais o Grupo tenha incorrido e sua participação nas receitas que aufera da operação conjunta.

f. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

a. Considerações gerais

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

b. Valor Justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

c. Gerenciamento de Risco

A Administração da CEB e de suas controladas têm total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das Companhias.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada Empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade da Companhia. Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades da Companhia.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração. A CEB somente contrata recursos em moeda nacional, com taxas pré-fixadas, visando à garantia do resultado esperado nas operações e suas correspondentes liquidações. Dessa forma, a Administração entende que os riscos são minimizados e as operações da Companhia não correm riscos adicionados.

i. Risco de Crédito

- Distribuidora – A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a Companhia apresenta níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Na notas explicativas nº 04 estão descritos os critérios e os valores registrados relativos à imparidade da carteira de crédito. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Serasa as inadimplências persistentes. A Distribuidora possui, ainda, linha de parcelamento a eventuais devedores, objetivando manter liquidez de seus faturamentos.

- Controladas e Coligadas – São empresas que possuem como principal cliente a CEB Distribuição. O principal fator mitigador de risco é a forte regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas contratações estão incorporados na Parcela “A” das tarifas da distribuidora, garantindo o efetivo repasse mensal dos fornecimentos realizados.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Além dos aspectos aventados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela forte regulação setorial emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante à Companhia riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*. Destaca-se, finalmente, que a distribuidora, utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

ii. Risco de liquidez

O Grupo, em especial a CEB Distribuidora, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia, denominado COEX – Colegiado de Executivos, que recomenda ações à Administração.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, com a contratação de recursos de baixo custo financeiro visando ao financiamento de seu CAPEX.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 01 às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, a CEB Distribuição vem apresentando deficiência de capital de giro e acumulando prejuízos nos resultados dos últimos exercícios. Os planos da Administração para manutenção das atividades da Companhia passam, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações financeiras dessa investida foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.

iii. Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem relevantemente os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas Explicativas nº 08 e 22, respectivamente, às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010.

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas:

Análise de Sensibilidade

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM através da Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, que requer sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada.

A Companhia estima que a taxa de CDI em 31.03.2012 será de 11,75% (cenário de um ano), diante disso, fez uma análise dos efeitos nos Empréstimos e Financiamentos advindos de uma alta na taxa de CDI em relação a 31 de março de 2011, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários, possível e remoto, a taxa do CDI em 31 de março de 2012 seria de 14,69% e 17,63% respectivamente.

Passivos Financeiros	Risco	Base 31.03.2011	Cenários Projetados 31.03.2012		
			Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos	Alta da taxa do CDI	272.085	305.781	314.212	322.643
Passivo Líquido Exposto		272.085	305.781	314.212	322.643
Efeito Líquido da Variação da CDI		-	(33.696)	(42.127)	(50.558)

Os demais empréstimos foram contratados com taxas pré-fixadas, dessa forma, não foram objeto de avaliação no quadro acima.

iv. Risco Cambial

São riscos provenientes das oscilações nos preços das moedas estrangeiras (dólar, principalmente), frente à moeda nacional (real).

A Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação CVA protege a empresa de eventual perda. Entretanto essa compensação se realizará somente através do consumo.

Para avaliar o impacto de flutuações na taxa de câmbio foi feita uma análise utilizando cenários projetados.

Análise de Sensibilidade

Para o cenário base, foram ponderados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.03.2011 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio (R\$/US\$ 1,70) prevista nas expectativas de mercado do relatório Focus do Bacen de 31.03.2011. Para os outros cenários, adverso e remoto foi considerado uma deterioração de 25% e 50% respectivamente. Esta projeção considera a posição do cenário base simulada em 31.03.2012.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

A exposição ao risco de moeda estrangeira (dólar-americano) está demonstrada a seguir:

Passivos Financeiros	Risco	Base 31.03.2011	Cenários Projetados 31.03.2012		
			Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Fornecedor					
Eletróbás (Itaipu)	Alta do Dólar	15.432	16.108	20.134	24.161
Passivo Líquido Exposto		15.432	16.108	20.134	24.161
Efeito Líquido da Depreciação Cambial		-	(676)	(4.702)	(8.729)

v. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

5 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração do Grupo analisa os relatórios internos periodicamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infra-estrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S/A;
- Geração de energia – tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio das empresas CEB Geração S/A, CEB Lajeado S/A, CEB Participações S/A e Energética Corumbá III S/A. Cabe ressaltar que 82% da energia gerada é comercializada dentro do próprio grupo com a CEB Distribuição S/A. ;
- Distribuição e comercialização de gás combustível canalizado – tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás combustível canalizado. Atua por intermédio da CEB Gás S/A.
- Holding – tem como atribuição a prestação de serviços de manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal.

A Companhia não identificou nenhum cliente que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total no primeiro trimestre de 2011.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável para o período de três meses findo em 31 de março de 2011 e 2010 estão incluídas abaixo:

	Distribuição	Geração	Gás	Outros	Eliminações	31.03.2011
RECEITA OPERACIONAL	476.639	35.444	1.855	4.297	(27.210)	491.025
Fornecimento de energia elétrica	432.570	35.329	1.855	-	(27.210)	442.544
Energia de Curto Prazo	5.865	-	-	-	-	5.865
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	7.117	-	-	-	-	7.117
Receita da Prestação de Serviços	1.249	115	-	4.297	-	5.661
Arrendamento e Aluguéis	4.018	-	-	-	-	4.018
Receita de Construção	23.095	-	-	-	-	23.095
Outras receitas operacionais	2.725	-	-	-	-	2.725
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(166.767)	(2.749)	(394)	(485)	-	(170.395)
Impostos	(87.837)	(392)	(394)	(88)	-	(88.711)
Contribuições	(41.823)	(2.331)	-	(397)	-	(44.551)
Encargos do Consumidor	(37.107)	(26)	-	-	-	(37.133)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	309.872	32.695	1.461	3.812	(27.210)	320.630
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(250.285)	(19.527)	(1.478)	-	27.210	(244.080)
Custo com Energia Elétrica	(187.788)	(14.981)	(1.410)	-	26.301	(177.878)
Energia elétrica comprada para revenda	(154.010)	(252)	-	-	26.301	(127.961)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(2.321)	(246)	-	-	-	(2.567)
Encargos de uso da rede elétrica	(31.457)	(3.018)	-	-	-	(34.475)
Arrendamento	-	(9.730)	-	-	-	(9.730)
Compensação Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos	-	(1.735)	-	-	-	(1.735)
Outros	-	-	(1.410)	-	-	(1.410)
Custo de Operação	(62.497)	(4.546)	(68)	-	909	(66.202)
Pessoal e Administradores	(15.266)	(361)	-	-	-	(15.627)
Entidade de Previdência Privada	(594)	-	-	-	-	(594)
Material	(424)	(8)	-	-	-	(432)
Serviço de Terceiros	(8.869)	(780)	-	-	-	(9.649)
Depreciação e Amortização	(13.339)	(1.886)	(68)	-	-	(15.293)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	(571)	(162)	-	-	-	(733)
Custo de Construção	(23.095)	-	-	-	-	(23.095)
Outros Custos de Operação	(339)	(1.349)	-	-	909	(779)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-	-	-	(4.745)	-	(4.745)
Serviço de Terceiros	-	-	-	(4.745)	-	(4.745)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	59.587	13.168	(17)	(933)	-	71.805

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

	Distribuição	Geração	Gás	Outros	Eliminações	31.03.2011
Despesas Operacionais	(49.528)	(1.359)	(119)	193	-	(50.813)
						-
Despesas com vendas	(16.885)	-	-	-	-	(16.885)
Pessoal e Administradores	(2.283)	-	-	-	-	(2.283)
Material	(795)	-	-	-	-	(795)
Serviço de Terceiros	(9.899)	-	-	-	-	(9.899)
Propaganda e Publicidade	(4)	-	-	-	-	(4)
Depreciação e Amortização	-	-	-	-	-	-
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	(3.451)	-	-	-	-	(3.451)
Provisões (Reversões) Vinculadas a Litígio	-	-	-	-	-	-
Benefício a Empregados	-	-	-	-	-	-
Outras provisões (reversões)	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas	(453)	-	-	-	-	(453)
Despesas gerais e administrativas	(32.643)	(807)	(119)	(1.859)	-	(35.428)
Pessoal e Administradores	(13.964)	(117)	-	(196)	-	(14.277)
Entidade de Previdência Privada	(725)	-	-	-	-	(725)
Material	(688)	(2)	-	(2)	-	(692)
Serviço de Terceiros	(6.851)	(563)	-	(1.555)	-	(8.969)
Depreciação e Amortização	(536)	(12)	-	(16)	-	(564)
Provisões (Reversões) Vinculadas a Litígio	(5.832)	-	-	-	-	(5.832)
Benefício a Empregados	(2.091)	-	-	-	-	(2.091)
Outras provisões (reversões)	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas	(1.956)	(113)	(119)	(90)	-	(2.278)
Outras Despesas e Receitas Operacionais		(552)	-	2.052	-	1.500
						-
RESULTADO DO SERVIÇO	10.059	11.809	(136)	(740)	-	20.992
Receitas (Despesas) Financeiras	(19.479)	612	2	(448)	-	(19.313)
Receitas Financeiras	7.838	1.384	2	20	-	9.244
Acréscimo moratório em conta de energia	2.166	-	-	-	-	2.166
Variação cambial sobre faturas de energia	276	-	-	-	-	276
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	1.384	2	20	-	1.406
Atualizações monetárias	2.056	-	-	-	-	2.056
Multas e penalidades aplicadas	1.171	-	-	-	-	1.171
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	2.169	-	-	-	-	2.169

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS**

	Distribuição	Geração	Gás	Outros	Eliminações	31.03.2011
Despesas Financeiras	(27.317)	(772)	-	(468)	-	(28.557)
Encargos de dívidas	(21.210)	(628)	-	(439)	-	(22.277)
Variação Cambial sobre faturas de energia	-	-	-	-	-	-
Atualizações monetárias	(2.487)	-	-	-	-	(2.487)
Atualização benefício pós-emprego	(976)	-	-	-	-	(976)
Compensação de descontinuidade de energia	(1.877)	-	-	-	-	(1.877)
Multas e penalidades aplicadas	(767)	-	-	(29)	-	(796)
Outras Despesas financeiras	-	(144)	-	-	-	(144)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	2.747	-	(11.160)	6.771	(1.642)
RESULTADO OPERACIONAL	(9.420)	15.168	(134)	(12.348)	6.771	37
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA CSLL E IRPJ	(9.420)	15.168	(134)	(12.348)	6.771	37
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(5.509)	(3.484)	-	-	-	(8.993)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	-	-	-	-	-	-
Reversão Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-
Partes beneficiárias	-	(705)	-	-	-	(705)
Participação dos Minoritários	-	-	-	-	-	(2.687)
LUCRO (PREJUÍZO) DO TRIMESTRE	(14.929)	10.979	(134)	(12.348)	6.771	(12.348)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

	Distribuição	Geração	Gás	Outros	Eliminações	31.03.2010
RECEITA OPERACIONAL	417.028	35.542	1.368	11.845	(25.758)	440.025
Fornecimento de energia elétrica	390.689	35.426	1.368	-	(25.758)	401.725
Energia de Curto Prazo	802	-	-	-	-	802
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	5.873	-	-	-	-	5.873
Receita da Prestação de Serviços	588	116	-	11.845	-	12.549
Arrendamento e Aluguéis	3.579	-	-	-	-	3.579
Receita de Construção	14.831	-	-	-	-	14.831
Outras receitas operacionais	666	-	-	-	-	666
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(146.594)	(2.696)	(291)	(1.332)	-	(150.913)
Impostos	(79.608)	(2.696)	(291)	(237)	-	(82.832)
Contribuições	(37.184)	-	-	(1.095)	-	(38.279)
Encargos do Consumidor	(29.802)	-	-	-	-	(29.802)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	270.434	32.846	1.077	10.513	(25.758)	289.112
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(221.157)	(22.106)	(1.243)	-	25.758	(218.748)
Custo com Energia Elétrica	(173.916)	(16.966)	(1.043)	-	25.758	(166.167)
Energia elétrica comprada para revenda	(145.970)	(54)	-	-	25.758	(120.266)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(499)	(972)	-	-	-	(1.471)
Encargos de uso da rede elétrica	(27.447)	(3.167)	-	-	-	(30.614)
Arrendamento	-	(11.180)	-	-	-	(11.180)
Compensação Financ. Utiliz. De Recursos Hídricos	-	(1.593)	-	-	-	(1.593)
Outros	-	-	(1.043)	-	-	(1.043)
Custo de Operação	(47.241)	(5.140)	(200)	-	-	(52.581)
Pessoal e Administradores	(11.469)	(733)	(29)	-	-	(12.231)
Entidade de Previdência Privada	(505)	-	-	-	-	(505)
Material	(693)	(59)	(1)	-	-	(753)
Serviço de Terceiros	(8.916)	(1.585)	(44)	-	-	(10.545)
Depreciação e Amortização	(8.178)	(2.057)	(70)	-	-	(10.305)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	(502)	(107)	-	-	-	(609)
Custo de Construção	(14.831)	-	-	-	-	(14.831)
Outros Custos de Operação	(2.147)	(599)	(56)	-	-	(2.802)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-	-	-	(11.105)	-	(11.105)
Pessoal	-	-	-	-	-	-
Material	-	-	-	-	-	-
Serviço de Terceiros	-	-	-	(11.105)	-	(11.105)
Outros Custos	-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO	49.277	10.740	(166)	(592)	-	59.259

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

	Distribuição	Geração	Gás	Outros	Eliminações	31.03.2010
Despesas Operacionais	(46.288)	-	-	(1.416)	-	(47.704)
Despesas com vendas	(14.389)	-	-	-	-	(14.389)
Pessoal e Administradores	(2.826)	-	-	-	-	(2.826)
Material	(11)	-	-	-	-	(11)
Serviço de Terceiros	(10.604)	-	-	-	-	(10.604)
Propaganda e Publicidade	(1.393)	-	-	-	-	(1.393)
Depreciação e Amortização	-	-	-	-	-	-
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	812	-	-	-	-	812
Provisões (Reversões) Vinculadas a Litígio	-	-	-	-	-	-
Benefício a Empregados	-	-	-	-	-	-
Outras provisões (Reversões)	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas	(367)	-	-	-	-	(367)
Despesas gerais e administrativas	(31.899)	-	-	(1.416)	-	(33.315)
Pessoal e Administradores	(10.577)	-	-	(228)	-	(10.805)
Entidade de Previdência Privada	(617)	-	-	-	-	(617)
Material	(698)	-	-	(65)	-	(763)
Serviço de Terceiros	(4.651)	-	-	(1.370)	-	(6.021)
Depreciação e Amortização	(435)	-	-	(13)	-	(448)
Provisões (Reversões) Vinculadas a Litígio	(2.892)	-	-	354	-	(2.538)
Benefício a Empregados	(9.034)	-	-	-	-	(9.034)
Outras provisões (reversões)	(649)	-	-	-	-	(649)
Outras Despesas	(2.346)	-	-	(94)	-	(2.440)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	-	-	-	6.162	-	6.162
RESULTADO DO SERVIÇO	2.989	10.740	(166)	4.154	-	17.717
Receitas (Despesas) Financeiras	(10.399)	(374)	4	(558)	-	(11.327)
Receitas Financeiras	6.268	491	4	22	-	6.785
Acréscimo moratório em conta de energia	2.673	-	-	-	-	2.673
Variação cambial sobre faturas de energia	850	-	-	-	-	850
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-
Atualizações monetárias	893	-	-	-	-	893
Multas e penalidades aplicadas	304	-	-	-	-	304
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	1.548	491	4	22	-	2.065
Despesas Financeiras	(16.667)	(865)	-	(580)	-	(18.112)
Encargos de dívidas	(11.099)	(678)	-	(580)	-	(12.357)
Variação Cambial sobre faturas de energia	(910)	-	-	-	-	(910)
Atualizações monetárias	(2.654)	-	-	-	-	(2.654)
Atualização benefício pós-emprego	(1.886)	-	-	-	-	(1.886)
Compensação de descontinuidade de energia	-	-	-	-	-	-
Multas e penalidades aplicadas	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas financeiras	(118)	(187)	-	-	-	(305)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS**

	Distribuição	Geração	Gás	Outros	Eliminações	31.03.2010
Resultado Equivalência Patrimonial	-	3.311	-	(8.550)	3.863	(1.376)
RESULTADO OPERACIONAL	(7.410)	13.677	(162)	(4.954)	3.863	5.014
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA CSLL E IRPJ	(7.410)	13.677	(162)	(4.954)	3.863	5.014
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(1.802)	(2.362)	-	-	-	(4.164)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(3.229)	-	-	-	-	(3.229)
Reversão Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-
Partes beneficiárias	-	-	-	-	-	-
Participação dos Minoritários	-	-	-	-	-	(2.575)
LUCRO (PREJUÍZO) DO TRIMESTRE	(12.441)	11.315	(162)	(4.954)	3.863	(4.954)

6 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Caixa e bancos conta-movimento	17	81	24.178	52.053
Aplicações financeiras de liquidez imediata	638	1.238	43.982	47.205
Total	655	1.319	68.160	99.258

As aplicações financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, baixo risco de perda de valor em caso de resgate antecipado e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

7 CONTAS A RECEBER

A composição dos valores oriundos da atividade de energia elétrica resulta das rubricas Consumidores, Concessionárias e Permissionárias, Serviços Prestados a Terceiros, Títulos de Crédito a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

a. Composição do contas a receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-	-	419.191	411.910
Serviços Prestados a Terceiros	25.012	23.636	54.699	45.466
Títulos de Créditos a Receber	-	-	26.822	26.631
Total a Receber	25.012	23.636	500.712	484.007
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	(71.147)	(67.695)
SubTotal	25.012	23.636	429.565	416.312
Total Circulante	25.012	23.636	318.519	305.941
Total Não Circulante	-	-	111.046	110.371

b. Valores a receber por idade de vencimento (consolidado)

Descrição	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 31.03.2011
Classes de Consumidores				
Residencial	23.972	24.850	27.994	76.816
Industrial	2.231	1.139	2.734	6.104
Comércio, Serviços e Outros	19.354	11.881	38.605	69.840
Rural	759	980	5.151	6.890
Poder Público	7.462	4.322	79.488	91.272
Iluminação Pública	5.352	5.325	49.236	59.913
Serviço Público	5.599	3	4.927	10.529
Subtotal Consumidores	64.729	48.500	208.135	321.364
Serviço Taxado	430	366	704	1.500
Concessionárias e Permissionárias	4.835	784	2.010	7.629
Serviços Prestados a Terceiros (i)	-	1.429	23.583	25.012
Títulos de Créditos a Receber	-	-	-	-
Fornecimento Não Faturado	82.494	-	-	82.494
Acréscimo Moratário Conta de Energia	56.535	-	-	56.535
Parcelamento a Faturar CP e LP	7.582	-	-	7.582
Arrecadação a Classificar	(1.837)	-	-	(1.837)
Outros	433	-	-	433
TOTAL	215.201	51.079	234.432	500.712
Prov. Crédito Liquidação Duvidosa	-	-	-	(71.147)
CONTAS A RECEBER LÍQUIDO	215.201	51.079	234.432	429.565

(i) Valores relativos ao contas a receber da controladora.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

c. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (consolidado)

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Engloba os recebíveis faturados e as estimativas dos valores não faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

A seguir, um resumo das faixas de atraso sujeitas à provisão:

Descrição	31.03.2011	31.12.2010
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias	25.716	24.914
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias	2.041	2.000
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias	35.530	32.569
Rural - Vencidos há mais de 360 dias	3.767	3.794
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias	72.519	72.398
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias	33.301	28.851
Serviço Público - Vencidos há mais de 360 dias	4.894	3.926
Concessionários - Vencidos há mais de 360 dias	1.999	2.000
Governo Distrito Federal - Acionista controlador não provisionado	<u>(108.620)</u>	<u>(102.757)</u>
Total	<u>71.147</u>	<u>67.695</u>

Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

Saldo em 31.12.2010	<u>67.695</u>
Adições	3.452
Baixas	
Saldo em 31.03.2011	<u>71.147</u>

d. Créditos com o Governo do Distrito Federal (consolidado)

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal, devido à CED Distribuição S.A., não provisionados conforme quadro acima, são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal vencidos há mais de 360 dias, compostos por fornecimento de energia elétrica, multa, juros e atualização monetária incidentes sobre faturas pagas em atraso no período de 2001 a 2005. A Administração, com base no atual estágio do processo de cobrança e negociação dos referidos créditos, principalmente, perante o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão andamento e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos a seguir, a composição desses créditos:

Créditos a receber do GDF vencidos há mais de 360 dias	31.03.2011	31.12.2010
Secretarias de Governo	52.921	52.564
Administrações Regionais	36.538	32.024
Empresas do GDF	15.776	15.215
Outras	<u>3.385</u>	<u>2.954</u>
Total	<u>108.620</u>	<u>102.757</u>

8 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
ICMS	-	-	7.133	3.821
ISS	-	-	-	-
COFINS	97	-	98	777
PIS	26	-	26	231
IRPJ	112	2.253	8.009	10.928
CSLL	42	338	5.406	5.148
Outros (a)	32	-	1.224	8
Total Circulante	309	2.591	21.896	20.913
ICMS	-	-	10.532	13.975
IRPJ	-	-	3.401	3.401
CSLL	-	-	3.140	3.141
Total não Circulante	-	-	17.073	20.517
Total	309	2.591	38.969	41.430

Os valores relativos a Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período com as retenções-fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser Lucro Real Anual. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB Distribuição S.A são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. No entanto, a CEB Distribuição não possui controles analíticos e estudo sobre eventuais perdas desses créditos, que possibilitem demonstrar que as compensações estão sendo realizadas em conformidade com a referida legislação. A Companhia está em processo de preparação e avaliação da adequação das compensações dos créditos tributários já realizados, cuja finalização não ocorreu até o presente momento.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

9 OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Outros Créditos - Circulante				
Créditos com Empregados	7	-	1.703	1.670
Energia Livre/Energia de Curto Prazo	-	-	-	102
Fundação de Previdência - FACEB	-	-	3.536	1.919
Títulos de Crédito a Receber	-	-	18.282	17.328
Serviços em Curso	818	-	2.859	1.573
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	51	-	5.010	4.409
Dividendos a Receber	6.538	9.369	6.215	4.415
Outros		18	4.005	1.370
TOTAL	7.414	9.387	41.610	32.786
Total Circulante	7.414	9.387	24.022	15.229
Total Não Circulante	-	-	17.588	17.557

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Créditos com Empregados	7	-	1.703	1.670
Energia Livre/Energia de Curto Prazo	-	-	-	102
Fundação de Previdência - FACEB	-	-	3.536	1.919
Títulos de Crédito a Receber (a)	-	-	18.282	17.328
Serviços em Curso	818	-	2.859	1.573
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	51	-	5.010	4.409
Dividendos a Receber	6.538	9.369	6.215	4.415
Outros		18	4.005	1.370
TOTAL	7.414	9.387	41.610	32.786
Circulante	7.414	9.387	24.022	15.229
Não Circulante	-	-	17.588	17.557

- (a) Títulos de Crédito a Receber: refere-se a ações preferências cumulativas e resgatáveis classes "A" e "B" emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro na controlada CEB Lajeado S.A.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

10 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Vencimento	Consolidado	
		31.03.2011	31.12.2010
Aplicação Financeira (a)	2019	8.020	7.699
Fundos Vinculados a Empréstimo e Financiamento (b)	2023	1.617	1.586
Total		9.637	9.285

a) A Controlada CEB Participações participa com 4,7% do Fundo de Investimento em Participação – FIP Corumbá, o qual possui as seguintes características, conforme normas constantes no seu regulamento:

- O fundo de investimento foi constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM no. 391/03, e destinado à aplicação de recursos em ações preferenciais de emissão da companhia Corumbá Concessões S.A.;
- Seu prazo de duração é de 15 anos, portanto, o resgate se dará a partir de 2019;
- O objetivo do fundo é obter remuneração por meio da aquisição de ações preferenciais nominativas de classe especiais da Corumbá Concessões S.A., com prioridade na distribuição de dividendos;
- Não haverá resgate de cotas, a não ser pelo término do prazo de duração ou pela liquidação do fundo; e
- Possui rentabilidade garantida por meio de contrato com a remuneração de IGPM + juros de 8,5% ao ano e reconhecida pelo regime de competência com a obrigação de recompra das ações por parte da Corumbá IV, a partir de 2019, conforma cláusula contratual.

A Companhia tem interesse em manter o investimento até o seu resgate, que ocorrerá em 2019 e possui capacidade financeira para manter este instrumento financeiro até o vencimento. De acordo com o regulamento do FIP, a responsabilidade da Companhia está limitada as suas cotas.

b) Refere-se à aplicação em conta de reserva conforme determina o contrato de financiamento junto ao BNDES. A remuneração dessa aplicação é equivalente a aproximadamente 95% da rentabilidade dos títulos públicos federais. O prazo de aplicação é até a liquidação total do financiamento junto ao BNDES (15 de dezembro de 2.023).

11 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras on-line efetuadas pelas instituições financeiras nas contas correntes da CEB Distribuição S.A., em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil, além das Cauções referentes a leilões de energia.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.12.2010
Bloqueios Judiciais Contingências Trabalhistas e Cíveis	5	5	5.910	6.286
Cauções	-	-	1.098	3.582
Depósitos recursais	-	-	1.176	1.277
Total	5	5	8.184	11.145

12 BENS DESTINADOS A ALIENAÇÃO

Imóveis	Localidade	Tamanho	Controladora	
			31.03.2011	31.12.2010
Terreno	Diversas Localidades		2.850	2.850
Total			2.850	2.850

Imóveis	Localidade	Tamanho	Consolidado	
			31.03.2011	31.12.2010
Terreno	QI 10 Lotes 25 a 38/DF	10.500 m ²	1.569	1.569
Terreno	Setor Noroeste S I A Norte PR 155/1 DF (a)	284.160 m ²	274.400	274.400
Terreno	Diversas Localidades		2.850	2.850
Móveis	Diversos bens para venda		8.073	8.058
Total			286.892	286.877

- (a) Em 2009, o controlador aumentou o capital da Companhia por meio de um terreno avaliado pelo seu valor justo na data do referido aumento de capital a fim de atender o “Compromisso de Subscrição de Ações” constante da Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007. A ANEEL, por meio do Ofício 1.358/2009 – SFF/ANEEL, de 18 de setembro de 2009 ressaltou que a Resolução nº 958/2007 somente seria cumprida após a alienação do imóvel. A Companhia fez duas tentativas de venda do terreno, mediante licitação, em 22 de julho de 2010 e 03 de agosto de 2010 e não compareceram proponentes, restando deserta a licitação. Em 27 de setembro de 2011, a Companhia Energética de Brasília – CEB comunicou ao mercado fato relevante onde demonstra a determinação do Governo do Distrito Federal – GDF em capitalizar a CEB e a CEB Distribuição S.A – CEB D, via contratação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essa operação envolve a aquisição do terreno referido acima pelo GDF. Entretanto, a possível aquisição do terreno pelo GDF dependerá do desfecho final da operação de empréstimo junto ao BNDES, cuja carta consulta foi protocolada pelo GDF no dia 05 de janeiro de 2012. O imóvel continua registrado pelo valor que ingressou na Companhia por meio do mencionado aumento de capital que não supera o valor justo, que foi apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

13 ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica n° 004/2001 e aditivos posteriores, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador), está dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, para refletir a atividade principal da Companhia, e refere-se a infra-estrutura investida nas concessões que serão objeto de indenização do Poder concedente ao final da concessão.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	343.738
Adições	4.059
Baixas	-
Saldos em 31 de março de 2011	347.797

14 INVESTIMENTOS

a) Participações em Empresas Coligadas e Controladas

Discriminação	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado para Equivalência Patrimonial	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações detidas pela CEB	Valor Contábil 31.03.2011	Valor Contábil 31.12.2010
CEB Distribuição S.A.	350.532	245.527	100%	100%	350.532.450	245.527	260.456
CEB Geração S.A.	7.575	15.212	100%	100%	7.575.212	15.212	13.172
CEB Participações S.A.	41.271	49.939	100%	100%	41.270.415	49.940	51.414
CEB Lajeado S.A.(i)	145.656	181.994	59,93%	59,3%	82.013.911	114.498	110.950
Companhia Brasileira de Gás S.A.	3.871	2.376	17%	51,0%	30.600	404	427
Corumbá Concessões S.A. (ii)	375.453	213.796	36,95%	9,30%	256.009.911	82.223	86.612
Energética Corumbá III S.A.	121.586	121.341	37,5%	25,0%	45.594.793	46.350	46.261
BSB Energética S.A.	1.957	20.119	9%	9,0%	176.157	1.556	1.524
Outros						190	194
Total						555.900	571.010

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

- i) O valor do Investimento inclui o saldo de R\$ 7.006 da Reserva de Investimento da Controlada que por força de acordo de Acionista é integralmente da CEB, independentemente do percentual de participação de cada acionista; e
- ii) O valor do Investimento inclui o saldo de R\$ 3.232, referente à Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

• **Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial**

Controladora	31.12.2010	Aumento de capital	Dividendos propostos	Outros	Resultado de equivalência	31.03.2011
CEB Distribuição S/A	260.456				(14.929)	245.527
CEB Geração S/A	13.172				2.040	15.212
CEB Participações S/A	51.414		(3.978)		2.504	49.940
CEB Lajeado S/A	110.950				3.548	114.498
Companhia Brasiliense de Gás S/A	427				(23)	404
Corumbá Concessões S/A	86.612				(4.389)	82.223
Energética Corumbá III S/A	46.261				89	46.350
TOTAL	569.292	-	(3.978)	-	(11.160)	554.154

b) **Resultado de participações em Coligadas e Controladas**

Discriminação	Resultado da Empresa no trimestre	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas 31.03.2011	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas 31.03.2010
CEB Distribuição S.A.	(14.929)	(14.929)	(12.441)
CEB Geração S.A.	2.040	2.040	3.144
CEB Participações S.A.	2.504	2.504	2.386
CEB Lajeado S.A.	7.052	3.548	2.746
Companhia Brasiliense de Gás S.A.	(134)	(23)	(27)
Corumbá Concessões S.A.	(11.876)	(4.389)	(4.687)
Energética Corumbá III S.A.	236	89	329
BSB Energética S.A.	(397)	-	-
Total	(15.504)	(11.160)	(8.550)

c) **Investimentos em Controladas e Coligadas no Consolidado**

A seguir, os investimentos diretos e indiretos que não são consolidados em razão da CEB não possuir o controle e nem exercer influencia significativa:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Consolidado	31.03.2011	31.12.2010
Consórcio Queimado e outros (investimento indireto por meio da CEBPar)	7.466	7.503
Investco S.A. e outros (investimento indireto por meio da CEB Lajeado S.A.)	176.173	173.426
Corumbá Concessões S.A. (investimento direto e indireto não consolidado)	90.194	94.583
BSB Energética S.A. (investimento direto não consolidado)	1.556	1.524
Outros	1.036	8.083
Total	276.425	285.119

d) Informações adicionais sobre empresa de controle conjunto

A Companhia controla de forma conjunta com outros acionistas a empresa Energética Corumbá III S.A. e os montantes dos principais grupos de Ativo, Passivo e Resultado são como segue:

Contas Patrimoniais	31.03.2011	31.12.2010
Caixa e equivalentes de caixa	2.521	2.004
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	2.561	2.549
Outros Créditos	237	-
Fundos Vinculados	4.312	4.227
Imobilizado	216.216	214.872
Intangível	270	270
Total de Ativos	226.117	223.922

Contas Patrimoniais	31.03.2011	31.12.2010
Fornecedores	411	102
Títulos e Contribuições Sociais	328	340
Taxas e Encargos Regulamentares	432	313
Obrigações Estimadas	43	40
Dívidas com Pessoas Ligadas	13.206	28.901
Dividendos a Pagar	1.117	1.466
Folha de Pagamento	3	10
Empréstimos, Financiamentos e Encargos (corrente e não corrente)	89.159	90.942
Outras Obrigações	76	0
Patrimônio Líquido	121.342	101.808
Total Passivo + Patrimônio Líquido	226.117	223.922

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Contas de Resultado	31.03.2011	31.03.2010
Receita Operacional	7.329	6.619
Deduções da Receita	(338)	(305)
Custos e Despesas Operacionais	(3.246)	(3.115)
Resultado Financeiro	(1.818)	(2.014)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(1.472)	-
Impostos e Contribuições Sociais	(219)	(197)
Resultado	236	988

15 IMOBILIZADO

a) Composição

Esses ativos estão registrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzidos de depreciação calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%.

Descrição	Controladora				
	31.03.2011 Custo	31.03.2011 Depreciação	31.03.2011 Valor Líquido	31.12.2010 Valor Líquido	Taxas Anuais de Depreciações (%)
Imobilizado em Serviço					
Terrenos				10.280	
Máquinas e Equipamentos	474	(118)	356	371	3,3 a 6,7
Veículos	97	(97)	-	-	20
Móveis e Utensílios	148	(20)	128	123	10
Outros	7	(5)	2	7	
Subtotal	726	(240)	486	10.781	
Imobilizado em Curso	11.378	-	11378	1.098	
Total	12.104	(240)	11.864	11.879	

Descrição	Consolidado				
	31.03.2011 Custo	31.03.2011 Depreciação	31.03.2011 Valor Líquido	31.12.2010 Valor Líquido	Taxas Anuais de Depreciações (%)
Imobilizado em Serviço					
Terrenos	10.637	-	10.637	10.298	
Reservatórios, Barragens e Adutoras	57.985	(3.772)	54.213	91.252	2,0 a 7,7
Edificações	20.569	(7.563)	13.006	5.204	2,0 a 4,0
Máquinas e Equipamentos	64.098	(28.746)	35.352	11.206	3,3 a 6,7
Veículos	7.414	(6.846)	568	673	20
Móveis e Utensílios	3.459	(2.384)	1.075	1.094	10
Outros	2.051	(103)	1.948	7	
Subtotal	166.213	(49.414)	116.799	119.734	
Imobilizado em Curso	86.987	-	86.354	77.627	
Total	253.200	(49.414)	203.153	197.361	

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

16 INTANGÍVEL

a) Composição do Intangível

	Custo	Amortização	Valor	Valor
	Histórico	Acumulada (*)	Líquido	Líquido
			31.03.2011	31.12.2010
a) Intangíveis direito de uso da concessão				
Direito de uso da Concessão	231.368	(75.649)	155.719	167.516
Em serviço	231.368	(75.649)	155.719	167.516
Direito de uso da Concessão	88.904		88.904	77.182
Em curso	88.904	-	88.904	77.182
Total do direito de uso da concessão	320.272	(75.649)	244.623	244.698
b) Outros Intangíveis				
Em Serviço	44.788	(35.352)	11.035	12.096
Em Curso	1.697	-	1.697	1.698
Direito de Exploração de Concessão (**)	158.946	(30.906)	128.040	129.512
Total Outros Intangíveis	205.431	(66.258)	140.772	143.306
TOTAL	525.703	(141.907)	385.395	388.004

(*) **Obrigações vinculadas à concessão** - São representadas pelos valores e/ou bens recebidos de consumidores, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a concessionária. Para fins de elaboração do balanço patrimonial, os saldos dessas obrigações foram deduzidos do ativo intangível, conforme Instrução do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro indenizável (Nota 13).

(**) A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A. detentora do direito de exploração de concessão da Usina que integra a operação de geração da Investco S.A. Esse direito, se trata de uma operação de reestruturação societária da Lajeado que gerou decorrente do Contrato de Venda e Compra de Ações entre a Investco e seus acionistas. Instrumento este que estabelece para a CEB Lajeado o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe "R", nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco, totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452 mil, que também

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

representa 20% da dívida da Investco para com a Eletrobrás. Esse valor vem sendo amortizado até o ano de 2.032, que representa o fim da concessão.

b) Movimentação do Intangível

	Direito de uso da concessão		Outros Intangíveis			Total
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração Concessão	
Ativo Intangível em 31.12.2010	167.517	77.182	12.096	1.697	129.512	388.004
Adições	976	23.094	-			24.070
Baixas	(52)	(6.174)	(460)			(6.686)
Amortização	(14.502)	-	(601)		(1.472)	(16.575)
Obrigações Especiais	1.780	(5.198)				(3.418)
Ativo Intangível em 31.03.2011	155.719	88.904	11.035	1.697	128.040	385.395

17 FORNECEDORES

A composição do saldo da conta “Fornecedores” é a seguinte:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Encargos de Uso da Rede Elétrica			13.036	12.417
Suprimento de Energia Elétrica			60.511	67.394
Materiais e Serviços	10.167	9.669	47.455	63.176
Total do Circulante	10.167	9.669	121.002	142.987
Total Geral	10.167	9.669	121.002	142.987

18 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

a) Obrigações Tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
ICMS	-	1	87.410	76.584
ISS	9	281	1209	1.640
IRPJ	1.078	3.638	6.431	5.879
Retenções IRRF/CSLL/COFINS	566	-	2.127	1.971
COFINS	9	1.662	5.551	7.012
PIS	5	360	1.122	1.586
CSLL	394	1.318	2.368	2.026
Outros	39	621	3.159	4.240

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Total Circulante	2.100	7.881	109.377	100.938
Total Não Circulante	-	-	1.489	1.369

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S/A, CEB Lajeado S/A é o lucro real anual com antecipações mensais.

b) Passivo Fiscal Diferido

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído aos terrenos. Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB Distribuição S/A, como aporte de capital e está registrado como disponível para alienação. Os passivos fiscais diferidos serão realizados somente por oportunidade da venda dos terrenos.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
IRPJ	71.522	71.522	71.552	71.522
	25.748			
CSLL		25.748	25.748	25.748
Total Não Circulante	97.270	97.270	97.270	97.270

19 ENCARGOS REGULATÓRIOS

Descrição	31.03.2011	31.03.2011
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (a)	31.938	30.937
Consumidores	7.250	6.043
Encargos do Consumidor a Recolher	13.314	14.871
Contribuição de Iluminação Pública (c)	65.355	54.318
Total Circulante	117.857	106.169
Superávit de baixa renda (b)	76.666	74.688
Total Não Circulante	76.666	74.688

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

a) Obrigações de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (Consolidado)

A Controlada CEB Distribuição, por ser uma distribuidora, do segmento de energia elétrica é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo a ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e desenvolvimento (P&D), e ainda ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/03/2004 e 28/03/2007, respectivamente. A atualização das parcelas referente PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/04/2006, nº 300, de 12/02/2008 e nº 316, de 13/05/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 01/01/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	376	238
Ministério de Minas e Energia-MME	182	114
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	6.982	6.811
Programa de Eficiência Energética -PEE	24.398	23.774
	<u>31.938</u>	<u>30.937</u>

b) Superávit de Baixa Renda (Consolidado)

Refere-se ao montante dos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda. A ANEEL deverá estabelecer os procedimentos a serem adotados para o ressarcimento aos consumidores.

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

No exercício de 2009 foi realizado o montante de R\$ 22.984, relativo ao valor homologado em 26.08.2008.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

c) Contribuição de Iluminação Pública (Consolidado)

A Contribuição de iluminação pública foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27/12/2002 para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

- I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública. e
- II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

20 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é assim demonstrado:

Entidades	Controladora		Consolidado		Encargos
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010	
Banco do Brasil S.A.	-	-	2.530	4.375	CDI + SPREAD de 1,57% a.a
ELETROBRÁS	-	-	62.050	66.358	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. de Adm. + variação da UFIR/IGP-M
Banco do Brasil S.A. (FCO I, II e III)	-	-	100.298	93.906	Juros de 10% a.a atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Banco do Brasil S.A. (Finame)	-	-	8.501	8.501	Juros de 4,5% a.a
Banco do Brasil S.A.	-	-	13.464	21.538	CDI + juros de 2,99% a.a.
Banco Bic Banco S.A	-	-	-	29.000	CDI + juros de 0,50 a.m
Banco Mercantil do Brasil S.A	-	-	-	15.000	CDI + juros de 0,65% (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal	-	-	195.435	198.948	CDI + juros de 2,16% a.a.
Caixa Econômica Federal	-	-	3.333	5.834	CDI + juros de 0,32% ao mês.
BNDES	-	-	33.435	34.103	TJLP + 1,72% ao ano.
Banco CEF	-	-	50.656	-	129% do CDI Cetip
Caixa Econômica Federal	-	-	6.667	8.666	100% CDI + juros de 0,32% a.m
CEB Lajeado	8.223	8.666	-	-	CDI+ Juros de 3,90% ao ano.
Total	8.223	8.666	476.369	486.229	
Total do Circulante	8.223	8.000	151.305	154.199	
Total do Não Circulante	-	666	325.064	332.030	

As obrigações são atualizadas pela variação monetária e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos.

As dívidas de longo prazo consolidadas serão liquidadas até o ano de 2023 e possuem seus vencimentos anuais conforme cronograma a seguir:

Consolidado						
Ano	2012	2013	2014	2014	Após 2015	Total

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Valor	59.144	75.342	66.651	46.422	77.505	325.064
-------	--------	--------	--------	--------	--------	---------

21 PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS FISCAIS E REGULATÓRIOS

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis.

a) Quadro demonstrativo da composição das provisões:

Provisões	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Trabalhistas	692	30	4.947	4.921
Cíveis	-	298	7.645	7.654
Regulatórias/Fiscais	7.196	9.612	65.209	62.248
TOTAL	7.888	9.940	77.801	74.823
Total Circulante	7.888	9.940	17.162	20.547
Total Não Circulante			60.639	54.276

b) Quadro demonstrativo da movimentação das provisões:

CONTROLADORA					
	31.12.2010	Constituição	Atualizações	Baixa/Reversão	31.03.2011
Trabalhistas	30	-	-	-	30
Cíveis	298	-	-	-	298
Fiscais	9.612	-	-	(2.052)	7.560
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	9.940	-	-	(2.052)	7.888

CONSOLIDADO					
	31.12.2010	Constituição	Atualizações	Baixa/Reversão	31.03.2011
Trabalhistas	4.921	428	(155)	(247)	4.947
Cíveis	7.654	119	68	(196)	7.645
Regulatórias/Fiscais	62.248	2.471	3.344	(2.052)	65.209
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	74.823	3.018	3.257	(2.495)	77.801

A Administração da Controladora e de suas controladas consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

c) Breve históricos das contingências

c.1) Demandas Trabalhistas

Os principais pedidos do objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras, adicional de periculosidade, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das provisões trabalhistas é com base na Taxa Referencial – TR.

c.2) Demandas Cíveis

A maioria das causas cíveis são relacionadas a pleitos de danos materiais e morais além de discussões quanto a relação de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das provisões cíveis é com base no INPC.

c.3) Demandas Regulatórias

As principais provisões regulatórias são decorrentes das multas interposta pela ANEEL no processo de fiscalização sendo que a Companhia ajuizou ações na Justiça Federal contra as respectivas multas. As principais provisões regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia e investimentos em consórcio, extrapolação dos limites de DEC/FEC, falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição e relativas à fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

c.4) Demandas Fiscais

As provisões fiscais referem-se a processos da Receita Federal relativos a IRPJ, PIS, COFINS, PER/DCOMP, CSLL. A Companhia emitiu Despacho decisório para a homologação das Declarações de Compensação, sendo também apresentada Manifestação de Inconformidade requerendo que seja reconhecido o direito a compensação dos créditos tributários, na qual foi indeferida pela Receita Federal.

c.5) Contingências trabalhistas e cíveis – risco possível

A Companhia possui processos trabalhistas e cíveis nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. O valor quantificável no momento, em tais processos, é de R\$ 1.277 em 31 de março de 2011 (R\$ 1.329 em 2010), substancialmente.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

c.6) Outras Contingências

A coligada Corumbá Concessões foi notificada em dezembro de 2006 pela acionista Serveng Civilsan S.A a respeito de um pleito para ressarcimento por perdas e danos originado da execução de um contrato de obra, cujo valor é de R\$ 122.601. Até a data de encerramento destas informações financeiras intermediárias não foram identificadas evidências objetivas quanto à procedência do mérito do pleito bem como quanto aos valores envolvidos. A administração, com base nas normas para registro de provisões e passivos contingentes, contidas no CPC 25 e IAS 37, entende que o referido pleito não é uma obrigação ou uma contingência cuja probabilidade de desembolso de caixa seja provável. Como consequência, nenhuma provisão foi consignada nas informações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

22 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Descrição	31.03.2011	31.12.2010
Plano de previdência (a.)	114.841	118.213
Plano de assistência (b)	111.791	109.699
Programa de demissão voluntária (c)	39.749	43.359
	<u>266.381</u>	<u>271.271</u>
Total circulante	<u>52.095</u>	<u>55.614</u>
Total não circulante	<u>214.286</u>	<u>215.657</u>

a. Planos de benefícios

A Companhia é patrocinadora da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB Distribuição S.A. e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação
Plano Complementar de Benefícios Previdenciais	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
Plano Assistencial	Assistência médica	Benefício definido
Plano CEB Saúde	Assistência médica	Contribuição definida

Os montantes relativos ao Plano de Previdência e Assistência que tiveram efeito no resultado são os seguintes:

<u>Descrição</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Previdência	1.319	1.122
Assistência	<u>4.391</u>	<u>2.644</u>
Total	<u>5.710</u>	<u>3.766</u>

b. Contrato de dívida atuarial

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília - CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada "suplementar", pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS**

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos. Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 31 de março de 2011:

Contrato 083/2001	Total	Circulante	Não circulante
Passivo contratual em 31.12.2010	<u>114.198</u>	<u>25.659</u>	<u>88.539</u>
Amortização no trimestre	(8.184)	(8.184)	
Atualizações no trimestre	5.096	976	4.120
Transferências para o não circulante	-	<u>6.966</u>	<u>(6.966)</u>
Passivo contratual em 31.03.2011	<u>111.110</u>	<u>25.417</u>	<u>85.693</u>

Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

A composição do passivo está assim contabilizada:

	31.03.2011	31.12.2010
Contribuições para o plano	3.731	4.015
Contrato de dívida	<u>111.110</u>	<u>114.198</u>
Total	<u>114.841</u>	<u>118.213</u>

c. Programa de desligamento voluntário

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2009 obrigações com dois Programas de Desligamento Voluntário, o Programa de Desligamento Voluntário I (de 2005 a 2009) e o Programa de Desligamento Voluntário II (de 2006 a 2015).

O Programa de Desligamento Voluntário - PDV I implementado em 2005 pela Companhia Energética de Brasília - CEB contou com a adesão de 212 empregados que tinham condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2005 a 2009. As obrigações foram extintas no decorrer do exercício de 2009, sendo as últimas indenizações pagas em janeiro de 2010.

Em continuidade ao programa implementado em 2005, a Companhia implementou o Programa de Desligamento Voluntário II que contou com a adesão de 185 empregados que possuem condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2006 a 2015.

Demonstramos, a seguir, a movimentação das verbas indenizatórias do Programa de Desligamento Voluntário II:

Descrição	Total	Circulante	Não circulante
Passivo em 31.12.2010	<u>43.359</u>	<u>16.852</u>	<u>26.507</u>

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS**

Amortização no trimestre	(4.056)	(4.056)	-
Atualizações no trimestre	446	-	446
Transferências para o circulante	-	3.472	(3.472)
Passivo em 31.03.2011	<u>39.749</u>	<u>16.268</u>	<u>23.481</u>

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

23 PATRIMÔNIO LIQUÍDO

a) Capital Social

O Capital autorizado é de R\$ 368.724, conforme art. 7º do Estatuto da Companhia, e o Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 342.056, em 31 de março de 2011, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro 2009 e 01 de janeiro de 2009. As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Quantidade de Ações Ordinárias	PNA	PNB	Total	%
Governo Do Distrito Federal	4.088.677	-	2.265.601	6.354.278	69,1927
Centrais Elétricas Brasileiras SA	-	194.377	107.707	302.084	3,2894
Cia Urbanizadora Da N C Do Br Novacap	150.473	-	83.379	233.852	2,5464
Regius Sociedade Civil De Previdência Privada	97.380	42.020	71.813	211.213	2,2999
Bradesco Capitalização S/A	57.340	129.920	-	187.260	2,0391
Opportunity Logica Ii Fundo de Investimento em Ações	44.600	-	24.713	69.313	0,7548
Fundo Mutuo Inv Acoes Cart Livre Mistyque	-	-	115.800	115.800	1,2610
Vinci Gas Canoy Dividendos Fundo de Investimento em Ações	33.200	76.900	-	110.100	1,1989
International Markets Investments C.V.	29.800	-	15.958	45.758	0,4983
Clube de investimentos MVA	-	-	94.800	94.800	1,0323
Outros	74.962	869.785	514.253	1.459.000	15,8873
Total	4.576.432	1.313.002	3.294.024	9.183.458	100

O Capital autorizado é de R\$ 368.724, conforme art. 7º do Estatuto da Companhia, e o Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 342.056, em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010. As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Trata-se de valor aportado pela Secretaria de Obras do Governo do Distrito Federal, em atendimento a Lei No. 3.589/2005 e pela Lei No. 3.710/2005, cujos valores a Companhia destinou para a realização de aportes na CEB Participações para viabilização de sua participação na Corumbá Concessões S.A.

O total do adiantamento será objeto de aprovação de Acordo de Acionistas e de deliberação na Assembleia Geral de Acionistas, que ocorrerá em 2012. O valor será incorporado ao capital pelo seu valor histórico.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

24 DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

a) Receita Líquida

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
RECEITA OPERACIONAL	4.297	11.845	491.025	440.025
Fornecimento de energia elétrica	-	-	442.544	401.725
Energia de Curto Prazo	-	-	5.865	802
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	-	-	7.117	5.873
Receita da Prestação de Serviços	4.297	11.845	5.661	12.549
Arrendamento e Aluguéis	-	-	4.018	3.579
Receita de Construção	-	-	23.095	14.831
Outras receitas operacionais	-	-	2.725	666
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(485)	(1.332)	(170.395)	(150.913)
Impostos	(88)	(237)	(88.711)	(82.832)
Contribuições	(397)	(1.095)	(44.551)	(38.279)
Encargos do Consumidor	-	-	(37.133)	(29.802)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.812	10.513	320.630	289.112

b) Custo com Energia Elétrica

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
Custo de bens e/ou serviços	-	-	-	(1.043)
Custo com Energia Elétrica	-	-	(177.878)	(165.124)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(127.961)	(120.266)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	-	-	(2.567)	(1.471)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(34.475)	(30.614)
Arrendamento	-	-	(9.730)	(11.180)
Compensação Financ. Utiliz. De Recursos Hídricos	-	-	(1.735)	(1.593)
Outros	-	-	(1.410)	-
Custo de Operação	-	-	(66.202)	(52.581)
Pessoal e Administradores	-	-	(15.627)	(12.231)
Entidade de Previdência Privada	-	-	(594)	(505)
Material	-	-	(432)	(753)
Serviço de Terceiros	-	-	(9.649)	(10.545)
Depreciação e Amortização	-	-	(15.293)	(10.305)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	-	-	(733)	(609)
Custo de Construção	-	-	(23.095)	(14.831)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS**

Outros Custos de Operação	-	-	(779)	(2.802)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(4.745)	(11.105)	(4.745)	(11.105)
Pessoal	-	-	-	-
Material	-	-	-	-
Serviço de Terceiros	(4.745)	(11.105)	(4.745)	(11.105)
Outros Custos	-	-	-	-
TOTAL	(4.745)	(11.105)	(248.825)	(229.853)

c) Custos e Despesas Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
Despesas com vendas	-	-	(16.885)	(14.389)
Pessoal e Administradores	-	-	(2.283)	(2.826)
Material	-	-	(795)	(11)
Serviço de Terceiros	-	-	(9.899)	(10.604)
Propaganda e Publicidade	-	-	(4)	(1.393)
Depreciação e Amortização	-	-	-	-
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	-	-	(3.451)	812
Provisões (Reversões) Vinculadas a Litígio	-	-	-	-
Benefício a Empregados	-	-	-	-
Outras provisões (reversões)	-	-	-	-
Outras Despesas	-	-	(453)	(367)
Despesas gerais e administrativas	(1.859)	(1.416)	(35.428)	(33.315)
Pessoal e Administradores	(196)	(228)	(14.277)	(10.805)
Entidade de Previdência Privada	-	-	(725)	(617)
Material	(2)	(65)	(692)	(763)
Serviço de Terceiros	(1.555)	(1.370)	(8.969)	(6.021)
Depreciação e Amortização	(16)	(13)	(564)	(448)
Provisões (Reversões) Vinculadas a Litígio	-	354	(5.832)	(2.538)
Benefício a Empregados	-	-	(2.091)	(9.034)
Outras provisões (reversões)	-	-	-	(649)
Outras Despesas	(90)	(94)	(2.278)	(2.440)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	2.052	6.162	1.500	6.162
TOTAL	193	4.746	(50.813)	(41.542)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS****d) Resultado Financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
Receitas Financeiras	20	22	9.244	6.785
Acréscimo moratório em conta de energia			2.166	2.673
Variação cambial sobre faturas de energia			276	850
Rendimentos sobre aplicações financeiras	20		1.406	-
Atualizações monetárias			2.056	893
Multas e penalidades aplicadas			1.171	304
Juros sobre capital próprio			-	-
Outras receitas financeiras		22	2.169	2.065
Despesas Financeiras	(468)	(580)	(28.557)	(18.112)
Encargos de dívidas	(439)	(580)	(22.277)	(12.357)
Variação Cambial sobre faturas de energia			-	(910)
Atualizações monetárias			(2.487)	(2.654)
Atualização benefício pós-emprego			(976)	(1.886)
Compensação de descontinuidade de energia			(1.877)	-
Multas e penalidades aplicadas	(29)		(796)	-
Outras Despesas financeiras			(144)	(305)
TOTAL	(448)	(558)	(19.313)	(11.327)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

25 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controladora final

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao Conselho de Administração/Conselho Fiscal e Diretoria da CEB são apresentados como segue:

Benefícios de Curto Prazo	
31.03.2011	
Conselho de Administração	111
Conselho Fiscal	66
Diretoria	556
Encargos	145
Total	878

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

Sumário das transações com partes relacionadas

A CEB celebrou Contrato com a CEB Distribuição S.A. para Rateio/Ressarcimento de Despesas e Custos Diretos e Indiretos.

Essas transações com partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, vigentes nas respectivas datas e não envolvem riscos anormais de recebimento.

A relação de suas participações em empresas coligadas e controladas está demonstrada na Nota Explicativa 01.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Os saldos das operações ativas e passivas da CEB com as partes relacionadas no período são os seguintes:

Transações com Partes Relacionadas	Vínculo com a CEB-Holding	Condições de realização das transações	31.03.2011	31.12.2010
Ativo			144.045	140.915
Créditos a receber por cessão de pessoal da CEB Distribuição com a CEB-Holding (b)	CEB Distribuição (Está sob controle comum)	a)	2.420	1.556
Créditos a receber por cessão de pessoal da CEB Distribuição com a CEB-Geração (b)	CEB Geração e CEB Distribuição (Estão sob controle comum)	a)	-	58
Créditos a receber por cessão de pessoal da CEB Distribuição com a CEB-Lajeado (b)	CEB Lajeado e CEB Distribuição (Estão sob controle comum)	a)	23	
Créditos a receber de fatura de energia elétrica (fornecimento e serviço) - GDF	Governo do Distrito Federal (Controlador)	b)	108.620	102.756
Créditos a receber de serviços prestados ao GDF (Serviços de IP) - GDF	Governo do Distrito Federal (Controlador)	c)	25.012	23.636
Dividendos e JCP a receber, entre a CEB Holding e o grupo	CEB Lajeado (Está sob controle comum) e Corumbá III (Participa do grupo controlador)	f)	4.738	9.677
Adiantamento para futuro aumento de capital, entre a CEB Holding e a Corumbá Concessões	Corumbá Concessões (Coligada)	g)	3.232	3.232
Passivo			95.277	84.944
Suprimento de Energia da CEB Lajeado para a CEB Distribuição	CEB Lajeado (Está sob controle comum)	d)	8.453	8.847
Suprimento de Energia da Corumbá Concessões para a CEB Distribuição	Corumbá Concessões (Coligada)	d)	9.063	9.063
Suprimento de Energia da Corumbá III para a CEB Distribuição	Corumbá III (Participa do grupo controlador)	d)	2.561	2.549
Contribuição de Iluminação Pública - GDF	Governo do Distrito Federal (Controlador)	i)	65.355	54.318
Adiantamento de Dividendos, entre a CEB Participações e a CEB Holding	CEB Participações (Está sob controle comum)	f)	-	1.500
Adiantamento de Dividendos, entre a CEB Geração e a CEB Holding	CEB Geração (Está sob controle comum)	f)	1.622	-
Empréstimo entre a CEB Holding e a CEB Lajeado	CEB Lajeado (Está sob controle comum)	h)	8.223	8.667

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Transações com Partes Relacionadas	Vínculo com a CEB-Holding	Condições de realização das transações	31.03.2011	31.03.2010
Receita			4.297	11.853
Receita de Prestação de Serviços de Manutenção e Obras do Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal (a)	Governo do Distrito Federal (Controlador)	j)	4.297	11.845
Receita de Locação, da CEB Distribuição com a CEB Holding (c)	CEB Distribuição (Está sob controle comum)	e)	-	8
Despesa			57.127	55.630
Energia comprada para revenda pela CEB Distribuição da Corumbá III	Corumbá III (Participa do grupo controlador)	d)	7.203	6.534
Energia comprada para revenda pela CEB Distribuição da CEB Lajeado S.A	CEB Lajeado (Está sob controle comum)	d)	23.600	23.275
Energia comprada para revenda pela CEB Distribuição da Corumbá Concessões.	Corumbá Concessões (Coligada)	d)	26.324	25.821

As transações com partes relacionadas são praticadas conforme as condições resumidas abaixo:

- a) A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a outras empresas do Grupo CEB. As empresas beneficiárias efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos à CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.
- b) Fornecimento de energia elétrica ao GDF, onde é cobrada a tarifa homologada pelo órgão regulador para a classe Poder Público.
- c) Correspondente a créditos a receber (fornecimento de energia, multa e juros por atraso) da CAESB, renegociados com a CEB D e atualizados pelo INPC até data da renegociação, para pagamento em 48 parcelas fixas, acrescidas de com encargos de 1% ao mês.
- d) Contratos bilaterais de Suprimento de Energia com empresas do grupo, com prazos de vigência até 07/07/2015. As tarifas são homologadas e revisadas pelo órgão regulador para cada empresa/contrato.
- e) Contrato de aluguel de salas utilizadas pela Companhia Energética de Brasília – CEB, reajustado anualmente pelo IGP-M, com vencimento previsto para 11 de fevereiro de 2012. Os valores são acordados entre as partes e o contrato e as renovações têm a anuência do órgão regulador.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

- f) Os valores são calculados de previsão legal/societária e estatutária.

- g) Refere-se ao valor efetivamente desembolsado/adiantado pelo GDF para futuro aumento de capital.

- h) Refere-se a empréstimo obtido pela Controlada CEB Lajeado e repassado a Controladora. O contrato de empréstimo com a Controlada foi celebrado nas mesmas condições de contratação efetuadas pela controlada junto à instituição financeira, incluído prazo, taxa de juros e encargos.

- i) A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A arrecadação da CIP é efetuada pela CEB D na fatura de consumo de energia elétrica dos consumidores e repassada mensalmente ao GDF.

- j) Corresponde a serviços de Iluminação Pública e manutenção, executados pela Companhia Energética de Brasília – CEB ao GDF. Os valores são acordados entre as partes mediante contrato de prestação de serviços.

26 SEGUROS

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas à UPA – Usina Hidrelétrica do Paranoá e aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição – componentes do Ativo Imobilizado da CEB Geração S.A. e da CEB Distribuição S.A., conforme os critérios de riscos constantes de relatório técnico – estão cobertos, até 02 de dezembro de 2010, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 1.698.

Os bens das Usinas Luís Eduardo Magalhães, Queimado, Corumbá III e Corumbá IV também estão devidamente segurados.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS****27 EVENTOS SUBSEQUENTES**

- a) A Companhia possui créditos devidos pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, controlada pelo Governo do Distrito Federal, que estavam sub-judice e se referem a valores vencidos há mais de 360 dias, compostos por multa, juros e atualização monetária incidentes sobre faturas pagas em atraso no período de 2001 a 2005. A CAESB assinou um termo de confissão de dívida em 10 de agosto de 2011, cujo valor atualizado nesta data foi de R\$ 22.334 mil que será pago em 48 parcelas iguais no montante de R\$ 588 vencendo a primeira em 20 de agosto de 2011.
- b) Em dezembro de 2011, por meio das Resoluções de Diretoria de n.ºs. 081, de 01.12.2011, 084, de 13.12.2011 e 087, de 20.12.2011, a Companhia Energética de Brasília - CEB autorizou o aporte de capital no montante de R\$ 25,5 milhões na CEB Distribuição S.A., a fim de atender ao compromisso de subscrição de ações, conforme Resoluções ANEEL n.º 318/2005 e n.º 958/2007. Os recursos aportados tiveram o seguinte cronograma: R\$ 3,0 milhões em 01.12.2011, R\$ 2,5 milhões em 14.12.2011 e R\$ 20,0 milhões em 21.12.2011.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

RUBEM FONSECA FILHO

Diretor-Presidente

EDGARD KETELHUT MINARI

Diretor

MAURO MARTINELLI PEREIRA

Diretor

JOEL ANTONIO DE ARAUJO

Diretor de Relações com Investidores

VALDAIR TAVARES DA FONSECA

Contador

CRC – DF 8.269/0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética de Brasília - CEB
Brasília - DF

1. Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Brasília - CEB ("Companhia"), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

2. A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

3. Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

4. Parcela do saldo consolidado da rubrica "Depósitos e bloqueios judiciais - Ativo não circulante" (Nota Explicativa nº 11) e parcela do saldo da rubrica "Bens destinados a alienação – Ativo não circulante" (Nota Explicativa nº 12), nos valores de R\$ 7,4 milhões e R\$ 7,8 milhões, respectivamente, em 31 de março de 2011, estão em processo de conciliação com os respectivos documentos comprobatórios. O atual estágio do processo de conciliação não permitiu a aplicação de procedimentos de revisão para podermos concluir sobre a adequação dos referidos saldos.

5. Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB Distribuição S.A. são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre o faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Neste contexto, a Controlada vem compensando, mensalmente, parte do referido crédito e mantém registrados no ativo valores avaliados pela Administração como possíveis de compensação futura (Nota Explicativa nº 8). Para o atendimento aos critérios de compensação determinados pela legislação fiscal, é necessário manter um conjunto de controles analíticos e estudo sobre eventuais perdas desses créditos, que possibilitem demonstrar que as compensações estão sendo realizadas em conformidade com a referida legislação. Como a Companhia está em processo de preparação dos citados controles e avaliações, não foi possível avaliarmos a adequação das compensações dos créditos tributários já realizados, tampouco a necessidade de ajustes nas informações financeiras intermediárias, em decorrência da não realização dos referidos créditos, cujo saldo, em 31 de março de 2011, totaliza R\$ 17,6 milhões.

6. A controlada CEB Distribuição S.A. não dispõe de controles que possibilitem a identificação dos custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à construção ou produção dos ativos utilizados em sua atividade operacional. Como consequência, não foi possível identificar o montante dos custos dos empréstimos que deveriam ser capitalizados como parte do custo do ativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos e pela norma internacional IAS 23 – Borrowing Costs, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo International Accounting Standards Board - IASB, respectivamente. Não foi possível calcular os valores que deveriam ser capitalizados e que foram registrados como despesa no período de três meses findo em 31 de março de 2011.

7. A controlada CEB Lajeado S.A. é proprietária de ações preferenciais cumulativas e resgatáveis classes "A" e "B" emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro e, conseqüentemente, foram classificadas na rubrica "Títulos e créditos a receber - Outros créditos", no ativo não circulante consolidado (Nota Explicativa nº 9). Entretanto, o referido instrumento financeiro não foi avaliado a valor justo conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e está sendo apresentado pelo valor patrimonial (R\$ 17,3 milhões em 31 de março de 2011). Não nos foi possível determinar a magnitude dos efeitos nas informações financeiras intermediárias pela não avaliação do referido instrumento financeiro a valor justo.

8. As notas explicativas às informações financeiras intermediárias possuem as seguintes omissões de informações que são requeridas

pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB): (a) os valores justos de todos os instrumentos financeiros, método de apuração do valor justo e comparação do valor justo com os valores consignados nas informações financeiras intermediárias; e (b) informações quantitativas sobre os riscos no contexto consolidado do Grupo (Nota Explicativa nº 4).

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias individuais

9. Com base em nossa revisão, exceto pelos eventuais ajustes que poderiam ser necessários decorrentes dos assuntos mencionados nos parágrafos 4 a 7 e exceto pela ausência de informações descrita no parágrafo 8, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias consolidadas

10. Com base em nossa revisão, exceto pelos eventuais ajustes que poderiam ser necessários decorrentes dos assuntos mencionados nos parágrafos 5 a 7 e exceto pela ausência de informações descrita no parágrafo 8, não temos conhecimento de nenhum ft que nos leve a acreditar que as informações financeiras consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases

11. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 7, faturamentos da controlada CEB Distribuição S.A., relativos ao fornecimento de energia elétrica a certas entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, bem como valores referentes a encargos por pagamentos em atraso, não foram liquidados financeiramente e estão registrados na rubrica "Contas a receber", no ativo não circulante do consolidado, cujo saldo, em 31 de março de 2011, totaliza R\$ 108,6 milhões. A Administração, com base no atual estágio do processo de cobrança e negociação dos referidos créditos, principalmente, perante o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão em andamento, e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

12. A controlada CEB Distribuição S.A. apresenta histórico de deficiência de capital de giro e de baixa ou negativa rentabilidade. Adicionalmente, em razão das características inerentes às atividades operacionais e por exigência do órgão regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Os planos da Administração para manutenção das atividades, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, consistem, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento e na capacidade de obter novas linhas de financiamentos. As informações financeiras intermediárias referidas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

13. A coligada Corumbá Concessões S.A. apresenta, em 31 de março de 2011, situação financeira desfavorável, representada por excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante. Os planos da Administração relacionados a esse assunto e que foram descritos nas notas explicativas às informações financeiras intermediárias da Corumbá Concessões S.A. são os seguintes: otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais; buscar parcerias com órgãos regulatórios para vislumbrar alternativas de eficiência energética; buscar parcerias com comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização, a fim de manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente; aferir e otimizar sistematicamente os custos operativos; rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente, e diminuir os custos de financiamentos, adequando-os à capacidade de geração de caixa operacional; e investir em processos de governança corporativa (código de ética, processo de compras e contratos, intranet corporativa etc.). As informações financeiras intermediárias dessa coligada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial, não incluem ajustes decorrentes de incertezas quanto à continuidade operacional da Coligada. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

14. A controlada Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS entrou em operação parcial desde 8 de fevereiro de 2007. A operação parcial é realizada por meio do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir de contratos de compra e venda a seus distribuidores. Para que essa operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural, ligando o gasoduto Brasil-Bolívia ao Distrito Federal. Enquanto persistir essa situação, a CEBGAS continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido com seus acionistas ou com terceiros. As informações financeiras intermediárias dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, não incluem ajustes que poderiam ser requeridos no caso de a controlada não conseguir viabilizar suas operações de forma plena. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Reapresentação das informações financeiras trimestrais de 2010

15. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2, no ano de 2009 foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência para o ano de 2010, que alteraram certas práticas contábeis adotadas no Brasil e introduziram as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) no Brasil. Essas alterações, que estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2, foram adotadas pela Companhia na elaboração de suas Informações Trimestrais individuais e consolidadas de 2010, que estão sendo apresentadas para fins de comparação. Os assuntos mencionados nos parágrafos 4 a 8, do item “Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas”, também se aplicam às Informações Trimestrais.

Informações financeiras intermediárias do valor adicionado

16. Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2011, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados nos parágrafos 4 a 8, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Brasília, 15 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Francesco Luigi Celso Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC SP-175348/O-5 S-DF Contador CRC DF-012460/O-2